

# Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 1973

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSOES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

#### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur  
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima  
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt  
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato  
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)  
3.º SECRETÁRIO — David Federmann  
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério  
— Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

##### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

##### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Eley Silva Batista  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel  
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

##### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

##### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel  
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo  
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva  
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

##### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

##### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
REUNIÕES — As terças-feiras  
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza  
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho  
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

##### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

##### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

##### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973



LEI N.º 06-73

DATA: — 11 de junho de 1973.

SÚMULA: — Denomina de Centro Cívico Governador Bento Munhoz da Rocha Neto o conjunto arquitetônico formado pelas sedes dos Três Poderes e demais edifícios públicos que nele se englobem ou se avizinhem.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 28, § 4.º da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica denominado de Centro Cívico Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, o conjunto arquitetônico formado pelas sedes dos Três Poderes e demais edifícios públicos que nele se englobam ou vierem a se avizinhar.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 11 de junho de 1973.

João Mansur — Presidente

LEI N.º 07-73

DATA: — 08 de junho de 1973.

SÚMULA: — Estabelece divisas entre os Distritos Administrativos de Pranchita e Santo Antônio do Sudoeste e cria os Distritos Administrativos de Canzianópolis, São Pedro do Flórido e Marconópolis, no Município de Santo Antônio do Sudoeste, estabelecendo suas divisas.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 28, § 4.º da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1.º — Os Distritos Administrativos de Pranchita e Santo Antônio do Sudoeste, do Município de Santo Antônio do Sudoeste, passam a ter as divisas seguintes:

“Distrito de Pranchita: Começa no Rio Santo Antônio, na foz do Rio Jacutinga, sobe por este até sua nascente, de onde segue pela divisa intermunicipal Santo Antônio do Sudoeste — Pérola do Oeste, seguindo por esta divisa até atingir a divisa Leste do imóvel Santa Cruz, de onde segue rumo Sudoeste até alcançar o Rio Waldomeira, pelo qual sobe até sua nascente, daí por uma linha seca rumo Sul atinge a linha Leste-Oeste das Missões, seguindo daí por esta linha rumo Oeste até alcançar a nascente do Arroio Aurora e por este abaixo até alcançar sua foz no Rio Santo Antônio, pelo qual desce até alcançar a foz do Rio Jacutinga, ponto de partida”.

Distrito de Santo Antônio do Sudoeste: sede começa no ponto confrontante da nascente do Córrego Argentina, na divisa internacional Brasil — Argentina, de onde segue por esta divisa, rumo Norte até atingir a nascente do Rio Santo Antônio, pelo qual desce até alcançar a foz do Arroio Aurora, e por este acima até sua nascente, de onde segue pela divisa do imóvel Missões no sentido Oeste e posteriormente rumo Sul até atingir o Rio das Antas, pelo qual sobe até a foz do Córrego Argentina, e por este acima até sua nascente, de onde alcança a divisa internacional Brasil — Argentina, ponto de partida.

Art. 2.º — Ficam criados os Distritos Administrativos de Canzianópolis, São Pedro do Flórido e Marconópolis, no Município de Santo Antônio do Sudoeste, com sede nas respectivas localidades e divisas seguintes:

Distrito de Canzianópolis: Começa na linha de divisa Leste do imóvel Santa Cruz, no ponto de encontro da divisa intermunicipal Santo Antônio do Sudoeste — Pérola do Oeste, seguindo por esta divisa no sentido Leste até atingir o Rio Capanema pelo qual sobe até alcançar o Rio Waldomeira e por este acima até atingir a linha de divisa Leste do imóvel Santa Cruz, seguindo por esta divisa rumo Noroeste até atingir a divisa intermunicipal.

Distrito de São Pedro do Flórido: Começa na linha de divisa do imóvel Missões, no ponto confrontante a cabeceira do Rio Waldomeira, de onde por uma linha seca, alcança a nascente do Rio Waldomeira, pelo qual desce até sua foz, no Rio Capanema, e por este acima até atingir a linha de divisa entre as Glebas 202-SA e 209-SA, do GETSOP, seguindo por esta divisa até alcançar a linha de divisa do imóvel Missões, de onde segue rumo Norte e posteriormente Oeste, até confrontar a nascente do Rio Waldomeira, ponto de partida.

Distrito de Marconópolis: Começa na divisa internacional Brasil — Argentina, no ponto confrontante com a nascente do Córrego Argentina, de onde por uma linha seca alcança a nascente do referido Córrego Argentina, pelo qual desce até sua foz no Rio das Antas, e por este abaixo até atingir a divisa entre as Glebas 202-SA e 209-SA do GETSOP, seguindo daí por esta divisa até atingir o Rio Capanema, pelo qual sobe até alcançar a foz do Lageado Grande, e por este acima até sua nascente, de onde alcança a divisa internacional Brasil — Argentina, de onde segue rumo Norte até confrontar com a nascente do Córrego Argentina, ponto de partida.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 08 de junho de 1973.

João Mansur — Presidente

LEI N.º 08-73

DATA: — 08 de junho de 1973.

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo a criar o Distrito Administrativo de SAUDADES, no Município de Chopinzinho, com as divisas que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 28, § 4.º da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Chopinzinho, o Distrito Administrativo de SAUDADES, com as seguintes divisas:

“Parte da foz do Lageado Pães com o Rio Iguaçu, sobe por esse Lageado até a cabeceira, de lá acompanhando a divisa do lote n.º 232, da Linha Biguá da Gleba Chopinzinho, até encontrar o Lageado Creolim, por este acima até encontrar o divisor dos lotes n.ºs 35 ao 26 da Linha Biguá, de lá em linha reta acompanhando a linha de divisa da Gleba Chopinzinho,

até encontrar a divisa do Distrito de Sede Sulina, do Município de Chopinzinho, por essa divisa até o Rio Iguaçu e por este acima até o Lageado Pães, ponto de partida”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1975, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 08 de junho de 1973.

João Mansur — Presidente

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 415-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.513-73, de 27 de abril de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

revogar o Decreto Legislativo n.º 96-73, de 09 de março de 1973, na parte que se refere a Eduardo Elias Thomé, a partir de 1.º de maio de 1973.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 16 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 416-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.120-73, de 11 de maio de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

dispensar Silvio Sebastiani, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, das funções de Chefe de Gabinete da 4.ª Secretaria, a partir de 13 de maio de 1973.

Palácio, “Dezenove de Dezembro”, em 21 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 417-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.120-73, de 11 de maio de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

colocar à disposição da 2.ª Vice-Presidência da Câmara dos Deputados, para exercer as funções de Secretário Parlamentar, até 31 de dezembro de 1973, Silvio Sebastiani, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Palácio, “Dezenove de Dezembro”, em 21 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 418-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.619-73, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 160, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Edison Heibel, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.971 e 1.972, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 20 de julho de 1964 e 20 de fevereiro de 1.969, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1.957, 1.967 e de quinze (15) dias de 1968, contadas em dobro, e.

III — conceder o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mencionada Lei, a partir de 21 de abril de 1.973, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio, “Dezenove de Dezembro”, em 21 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 419-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.544-73, de 27 de abril de 1.973, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Gerson Nemes, ocupante do cargo de Médico, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos a partir de 29 de fevereiro de 1973, data em que completou cinco (05) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 23 de maio de 1.973.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 420-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.384-73, de 25 de abril de 1.973, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Marlene Perrone Leonardo, ocupante do cargo de nível PL “15”,



da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinzenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 27 de março de 1.972, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 421-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.142-73, de 14 de maio de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

revogar o Decreto Legislativo n.º 97-73, na parte em que se refere a Brigida Lobo Kolarowicz, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 13 de maio de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 422-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.038-73, de 10 de maio de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

I — dispensar Boanerges de Menezes Caldas, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, das funções de Auxiliar de Gabinete da 2.ª Secretaria, ficando designado para exercer as funções de Oficial de Gabinete da 2.ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 1.º de maio do corrente; e,

II — designar Judeth Scholtz, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 2.ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 1.º de maio do corrente.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 423-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.038-73, de 10 de maio de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 170-70, de 17 de abril de 1970, na parte que se refere a Judeth Scholtz, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa; e,

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária acima citada, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de maio do corrente ano.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 424-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.545-73, de 27 de abril de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

designar a funcionária Lucy de Mello Keinert, para exercer as funções de Assessor de Relações Públicas, percebendo gratificação de representação, a partir de 14 de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 425-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.180-73, de 17 de abril de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Alcides Zonatto, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 2.º (segundo) decênio, compreendido entre 1.º de agosto de 1963 e igual data de 1972 antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1.954 — 1.958 — 1.966 — 1.967 — 1.970 e 1.971, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 426-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.200-73, de 18 de abril de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Celso Araújo Júnior, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de cinco (05) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.971, 1.972 e de quinze (15) dias de 1.970, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 18 de fevereiro de 1.964 e 18 de dezembro de 1.968, antecipado em razão das férias referentes ao ano de 1.967, contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mencionada Lei, a partir de 07 de outubro de 1.972, data em que, em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias referentes ao ano de 1.967, contadas em dobro, completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 427-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.254-73, de 28 de março de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

I — conceder, com fundamento no Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a Ione Chaves Caprilhore, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, que lhe é devido somente a partir de 28 de março de 1.968, por força da prescrição de que trata o § 10, inciso VI, do Art. 178, do Código Civil Brasileiro, muito embora a data, a partir da qual faria jus ao benefício, seja 1.º de janeiro de 1.968, o qual, somado ao anteriormente concedido, perfaz um total de dez por cento (10%); e,

II — conceder, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 28 de outubro de 1.972, antecipado em razão das férias relativas aos anos de 1.966, 1.967 e de quinze (15) dias de 1.968, contadas em dobro, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 428-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.469-73, de 26 de abril de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Enio Santangelo Malheiros, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1970, 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 429-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.330-73, de 25 de abril de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Ibaneza Mendês dos Santos, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de três (03) meses, correspondente ao dobro de quinze dias de férias referentes ao ano de 1971, e, das férias referentes ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 430-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.523-73, de 27 de abril de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Blumer Bosquilia, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário



DECRETO LEGISLATIVO N.º 431-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.692-73, de 05 de abril de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, com fundamento no parágrafo único, do Art. 247, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a Julia Julinski de Paula, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1963 e igual data de 1968.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

**3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 113.ª Sessão (Extraordinária)**  
**Realizada em 19 de Junho de 1973 — (Terça-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Lázaro Dumont e Basílio Zanusso.

As quatorze horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacii — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes — Nelson Buffara — Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados Alvaro Dias, Arthur de Souza e Wilson Brandão.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 45-73, que denomina Alberto Santos Dumont a Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 45-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica denominada Alberto Santos Dumont a Biblioteca da Assembléia Legislativa do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Igo Losso — Relator

Iris Caldart

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 25, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 136-73.

Levanta-se a Sessão.

**3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 114.ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 19 de Junho de 1973 — (Terça-Feira)**

Presidência do sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados: Muggiati Filho e Rosário Pitelli.

A hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacii — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Alvaro Dias — Arthur de Souza e Wilson Brandão. (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM 53.73

Curitiba, 13 de junho de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de 22 de fevereiro de 1973, ao Convenio celebrado em 29 de julho de 1970, entre o Governo do Estado e o Instituto Brasileiro do Café, pelo seu Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura (GERCA), objetivando a implantação do Instituto Agronômico do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura

— GERCA —

Termo Aditivo ao Convenio para implantação do Instituto Agronômico do Paraná, celebrado entre o Instituto Brasileiro do Café e o Governo do Estado do Paraná em 20 de julho de 1970.

O Instituto Brasileiro do Café, entidade autarquia federal, através do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura — GERCA, representado neste ato por seu Presidente Doutor Carlos Alberto de Andrade Pinto e seu Diretor José de Paula Motta Filho, doravante denominado simplesmente IBC e o Estado do Paraná, neste ato representado por seu Governador Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio celebrado em 29 de julho de 1970, para implantação do Instituto Agronômico do Paraná, convencionando o que se relaciona abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Ao valor dos recursos constantes do Convenio original, cláusula segunda, e acrescidos pela também segunda cláusula do Termo Aditivo de Retificação e Ratificação, celebrado em 23 de setembro de 1972, é acrescentada a importância de Cr\$ 6.000.000 00 (seis milhões de cruzeiros) que serão fornecidos pelo IBC, à conta de depósito do Instituto Agronômico do Paraná — IAPAR, na Agência do Banco do Brasil na cidade de Londrina, no Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA — O presente Termo Aditivo fica fazendo parte integrante e complementar ao Termo de Convenio firmado em 29 de julho de 1970, a fim de juntos produzirem um só e único efeito de direito.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente contrato em três (3) vias de igual teor e para um só efeito, com as testemunhas abaixo a tudo presentes.

Rio de Janeiro 22.2.73

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

CARLOS ALBERTO DE ANDRADE PINTO

JOSÉ DE PAULA MOTTA FILHO

TESTEMUNHAS: (Assinaturas Illegíveis)

A Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 54-73

Curitiba, 13 de junho de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do Termo Aditivo do Convenio celebrado em 2 de maio de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, o Município de Capanema e a Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Santa Cruz, de Capanema, objetivando a construção naquela cidade, de um prédio destinado à instalação de um estabelecimento de ensino de 1.º e 2.º graus nos moldes da Legislação Federal específica.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

TERMO ADITIVO

Aos dois dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e três, na sala de reuniões do Palácio Iguaçu, sede do Governo do Estado, Capital do Estado, compareceram: a) o Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, representado neste ato pelo Excelentíssimo senhor Doutor Pedro Viriato Parigot de Souza, na qualidade de Governador do Estado; b) a Secretaria da Educação e Cultura, representada neste ato por seu titular, Doutor Luiz Gabriel Guimarães Sampaio; c) a "Associação do Instituto Vocacional e Assistencial "Santa Cruz", de Capanema, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, com sede e foro no Município e Comarca de Capanema, neste Estado, representada neste ato pelo Senhor Ernesto Pahl, conforme procuração lavrada às fls. 153 e verso, do Livro n.º dezessete do Tabelião de Notas da Comarca de Capanema; d) o Município de Capanema, pessoa jurídica de direito público interno, representada neste ato pelo respectivo Prefeito Municipal, Senhor Doutor Emilio Simplicio Weber, e, nessa ocasião, pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado foi dito que, tendo em vista pedido formulado pela Associação do Instituto Vocacional e Assistencial "Santa Cruz" de Capanema, ao Excelentíssimo Senhor Doutor João Mansur, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e então no exercício do cargo de Governador do Estado, e tendo em vista ainda a exposição constante de ofício desta data, do Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Gabriel Guimarães Sampaio, Secretário da Educação e Cultura, em que se reconheceu a conveniência da alteração do convenio celebrado entre as mesmas partes e publicado no Diário Oficial número cento e setenta e nove, de dezessete de novembro de mil novecentos e setenta e dois, submetia essas alterações à deliberação dos demais convenientes. Em seguida, pelas mesmas partes convenientes foi dito que estavam de inteiro acordo em que o mencionado convenio passasse a vigorar com as seguintes cláusulas, termos e condições:



**CLÁUSULA PRIMEIRA** — A finalidade deste Convenio é a construção na cidade de Capanema, deste Estado, de um prédio com dois pavimentos, estrutura mista, área de dois mil e duzentos metros quadrados, e praça de esportes destinado à instalação de um estabelecimento de ensino de 1.º e 2.º Graus, nos moldes da Lei Federal número 5.692, de 11 de agosto de 1971.

O prédio em referência integra o conjunto das edificações, com a área total de quatro mil e quinhentos metros quadrados (4.500 m<sup>2</sup>), a que se referem a planta e especificações anexas (docs. 2 e 3), devendo a construção da parte restante, com a área de dois mil, trezentos e vinte metros quadrados (2.320 m<sup>2</sup>) e que compreenderá um prédio destinado a estabelecimento de ensino do 2.º Grau e salão para múltiplas atividades (auditório e Ginásio coberto), ser objeto de um ou mais termos aditivos.

**CLÁUSULA SEGUNDA** — O prédio de que trata a cláusula anterior será construído no terreno urbano, com a área de dezesseis mil e oitocentos metros quadrados (16.800 m<sup>2</sup>), constituído pela quadra número trinta e seis (36), do setor nordeste (N.E.) da planta Geral de Capanema, imóvel cujo domínio a "Associação" adquiriu através da "Carta de Data" número mil, duzentos e noventa (1.290), que lhe foi outorgada em primeiro de setembro deste ano, pela Prefeitura Municipal da mesma cidade (doc. n. 4).

Além do terreno acima descrito, serão utilizadas pela administração do estabelecimento ou estabelecimentos de ensino descritos na cláusula anterior, para os fins que a mesma administração julgar convenientes, duas chácaras de propriedade da "Associação", situadas no perímetro suburbano. Setor Nordeste (N.E.) Planta Geral da mesma cidade de Capanema: a) uma, sob número setenta e nove (79), com a área de noventa e um mil metros quadrados (91.000 m<sup>2</sup>), correspondente à Carta de Data número cento e setenta e cinco (175), adquirida pela "Associação" por compra feita a Hermindo Gostenheimer, conforme escritura pública lavrada em trinta e um de agosto de mil novecentos e setenta e dois, às folhas números cento e quarenta e cinco a cento e quarenta e seis verso, do livro número dezesseis (16) do Tabelião de Notas Carlos Tschá Júnior, da Comarca de Capanema; b) outra, sob número setenta e quatro (74), com a área de vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados (24.200 m<sup>2</sup>), correspondente a uma parcela da Carta de Data número mil duzentos e sessenta e sete, adquirida pela mesma "Associação" por compra feita a Alberto Müller e sua mulher, Dona Malvina Müller, conforme escritura pública lavrada em trinta e um de agosto de mil novecentos e setenta e dois, às fls. números cento e quarenta e sete a cento e quarenta e oito, verso, do livro número dezesseis, do citado Tabelião de Notas.

Obriga-se a "Associação" a efetuar a transcrição, em seu nome, no Registro de Imóveis da Comarca de Capanema e dentro do prazo de sessenta dias contados da assinatura deste convenio, da Carta de Data e das escrituras públicas anteriormente descritos.

**CLÁUSULA TERCEIRA** — O custo da obra a ser construída nos termos deste convenio, do respectivo mobiliário e equipamento do estabelecimento de ensino a que ela se destina, acrescido da importância de Cr\$ 127.568,00 (cento e vinte e sete mil, quinhentos e sessenta e oito cruzeiros), correspondente ao valor dos terrenos antes descritos, é estimado em hum milhão, seiscentos e cinquenta mil e oitocentos e oitenta cruzeiros (1.650.880,00).

O orçamento acima indicado é de simples referência, e se houver majoração no custo da obra, do mobiliário e do equipamento, os convenientes obrigam-se a suportá-la na proporção de suas quotas de participação, estipuladas na cláusula quarta.

**CLÁUSULA QUARTA** — Obrigam-se os convenientes a participar em moeda corrente e legal do País, para a construção do prédio indicado na cláusula primeira e para a aquisição do respectivo mobiliário e equipamento, com os seguintes percentuais do custo efetivo da mesma construção e aquisição: a) a "Associação", na qualidade de beneficiária de uma doação de seiscentos e sessenta mil marcos, alemães (660.000 marcos), que lhe foi outorgada pela "Evangelsche Zentralstelle fuer Entwicklungshilfe E.V.", Central Evangélica de Ajuda ao Desenvolvimento, entidade religiosa, de fins não lucrativos, com sed em Bonn, Alemanha Ocidental com setenta e cinco por cento (75%), do mesmo custo efetivo, sendo certo que além dessa importância equivalente a dois por cento (2%) do custo estimado do prédio do mobiliário e do equipamento, representada pelas despesas por ela efetivamente realizadas com a confecção do projeto, pesquisas, pagamento de honorário do pessoal técnico para confecção do aludido projeto, viagens e outras; b) o "ESTADO" sob a forma de "auxílio", no montante de duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 247.500,00), podendo, no entanto, realizar uma parte desse montante em mobiliário até o valor de quarenta e sete mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 47.500,00); c) o "MUNICÍPIO", com 8% (oito por cento), dos quais uma parte no valor de cento e vinte e sete mil quinhentos e sessenta e oito cruzeiros (Cr\$ 127.568,00) já foi por ela realizada com a aquisição, em nome da "Associação", dos três imóveis descritos na cláusula segunda deste convenio (docs. 2, 3 e 4).

**CLÁUSULA QUINTA** — A "Associação" assume, por este convenio, o encargo de executar a obra na conformidade da respectiva planta e suas especificações, por empresa idônea de sua livre escolha, cabendo ao "ESTADO" o direito de realizar por engenheiros e profissionais de sua confiança, sempre que entender conveniente, verificações quanto ao andamento da mesma obra e aos dispêndios realizados.

**CLÁUSULA SEXTA** — O prazo para a conclusão e a entrega da obra, em condições de uso imediato, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, é de um ano, a contar da data da liberação da verba correspondente à participação do "ESTADO".

**CLÁUSULA SÉTIMA** — Correrá por conta do "ESTADO", durante o prazo de vigência do presente convenio, todas as despesas de conservação do prédio, competindo-lhe realizar os consertos e reparos necessários, e, bem assim, todas as despesas com o pagamento de limpeza, taxa de água, esgoto, luz e outros.

**CLÁUSULA OITAVA** — O Diretor e o Secretário do estabelecimento a que se referem as cláusulas anteriores serão designados mediante listas tripartites apresentadas pela "Associação", e integradas por professores e funcionário com as qualificações exigidas para o exercício das respectivas funções.

**CLÁUSULA NONA** — Obriga-se o "ESTADO" a lotar no estabelecimento de ensino de 1.º Grau que for construído na conformidade deste convenio, os professores e funcionários indispensáveis ao seu regular funcionamento, cabendo à "SECRETARIA" as providências nesse sentido, tão logo ele seja entregue em condições de uso.

**CLÁUSULA DÉCIMA** — A participação do "ESTADO" decorrentes deste convenio será efetivada mediante a concessão de um auxílio no valor de Cr\$ 247.500,00 (duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos cruzeiros), através da Dotação 72.09.90.09.0 — elemento 3.2.1.0 — Subvenções Sociais — Instituições Diversas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** — O presente convenio terá vigência a partir da data de sua publicação do órgão oficial estadual e terá duração de vinte e cinco (25) anos, contados dessa data.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** — Fica eleito o foro da Comarca de

Curitiba, Capital do Estado do Paraná, para a solução de quaisquer conflitos decorrentes do convenio, por mais especial que seja a situação particular de qualquer dos convenientes.

E por assim estarem justos e acordados, eu ocupante do cargo de lavrei o presente termo em cinco vias de igual teor que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes interessadas, em presença de duas testemunhas para que produza seus efeitos legais.

Curitiba, 2 de maio de 1973.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

LUIZ GABRIEL GUIMARÃES SAMPAIO

Secretário da Educação e Cultura

ERNESTO PAHL

p.p., Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Sta. Cruz

EMÍLIO SIMPLICIO WEBER

Prefeito Municipal de Capanema

TESTEMUNHAS: (Assinaturas Illegíveis)

#### A Comissão de Constituição e Justiça OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 152, 153 e 154-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

23-73: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 18-73, que objetiva dar nova redação aos anexos I e III, integrantes da Lei n.º 5.879, de 1.º de agosto de 1969, na parte referente às séries de classes de técnicos, laboratório, laboratorista e auxiliar de laboratório, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.406. — Agradeça-se.

86-72: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 26-72, que objetiva dar nova redação ao artigo 1.º da Lei n.º 6.172, de 18.11.70, dispondo sobre a criação de um curso de ciências biológicas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Jacarezinho, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.405. — Agradeça-se.

209-72: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 64-72, que visa instituir a Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Fundação Ipardes), com personalidade jurídica de direito público, sede e foro nesta Capital e finalidade que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.407. — Agradeça-se.

Sob os n.ºs 151, 150, 149 e 148-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os projetos de lei n.ºs:

118-71: Do Senhor Deputado Wilson Brandão, que visa criar no bairro de Maringá Velho, Comarca de Maringá, um Ginásio Estadual para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

114-71: Do Senhor Deputado Wilson Brandão, que visa criar no Município de Dr. Camargo, um Ginásio Estadual para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

247-70: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa criar o Ginásio Estadual de Ivaí, Distrito de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

152-72: Do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que visa autorizar o Poder Executivo doar a Fundação Universidade Oeste do Paraná — FUOP — com sede em Cascavel, os lotes n.ºs 1, 4, 5, 6, 7 e 16 da quadra n.º 9 da planta patrimônio da cidade de Cascavel. — A C.C.J.

Sob o n.º 386-73, do Senhor Desembargador Mercer Junior, comunicando que em sessão Plenária do dia 8 do mês referente foi empossado no cargo de Presidente do Tribunal de Justiça, bem como a posse dos Senhores Desembargadores Athos Moraes de Castro Vellozo e Marino Bueno Brandão Braga, respectivamente, como 2.º Vice Presidente Corregedor Geral da Justiça. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o n.º 133-73, do Senhor Donald Loyola Ribeiro, comunicando que em data de 1.º do corrente, assumiu o cargo de 1.º Delegado Regional de Ensino. Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 168-73, do Senhor Benedito Costa Carvalho, Presidente da União Nacional dos Auxiliares de Enfermagem, comunicando que para o período de 24 a 31 de julho próximo, será realizado em Curitiba, o 7.º Congresso Nacional dos Auxiliares de Enfermagem. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 229-73, do Senhor Carlos Alberto Franco Licht, Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns. — COPASA, no qual acusa o recebimento e agradece o requerimento do Senhor Deputado Olavo Ferreira, consubstanciado em voto de rigozijo aquele Diretor. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Do Senhor Edgar Withers, no qual acusa o recebimento e agradece o requerimento de autoria do Senhor Deputado Mauricio Fruet. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

#### INDICAÇÕES:

##### Indicação

Senhor Presidente:

Tenho o prazer de encaminhar a V. Exa. o presente expediente indicando os Srs. Deputados Ovidio Franzoni, Fuad Nacii, Paulo Camargo e Luiz Roberto Soares para comporem pela Aliança Renovadora Nacional, a Comissão Parlamentar de Inquérito aprovada em Sessão de 14-6-73 e destinada a examinar o posicionamento jurídico-administrativo do DETRAN.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1973.

(a) — Luiz Roberto Soares.

##### Indicação

Senhor Presidente:

A Liderança do M.D.B., regimentalmente, indica o eminente parlamentar Iris Mário Caldart, para participar do C.P.I. requerido sobre o DETRAN.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1973.

(a) — Maurício Fruet.

#### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Olavo Ferreira, solicitando Regime de Urgência e inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão, para os Projetos de Lei n.ºs. 83-73 e 70-73.

— de autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando dispensa da publicação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 45-73.

— de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 58-73.

— de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 36-73.

— de autoria do Senhor Deputado Igo Losso, solicitando inclusão na Ordem do Dia de amanhã do Projeto de Lei n.º 1-73.



**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouviu o Plenário, Requer:

A inserção em Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Maria Gebran Sabbag, ocorrido dia 16 último nesta Capital. A extinta era viúva do Sr. Zake Sabbag e deixa os seguintes filhos: Zoraide viúva do Sr. Alfredo Abdala; Zuleika casada com o Dr. Mothy Domit; Maria de Lourdes, casada com o Sr. Naim Akel; Milton, casado com a Sra. Haifa Yazigi Sabbag; Dr. Osmar Sabbag, casado com a Sra. Branca Casagrande Sabbag; Zake Sabbag, casado com a Sra. Odéa Santos Sabbag; Natividade, casada com o Dr. Durval Tabach; Mariza, casada com o Dr. Milton Andriguetto; Tomé, casado com a Sra. Gabi Pereira Sabbag. e Gebran, casado com a Sra. Sueli Sabbag.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência às famílias enlutadas.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1973.

(a) — Fuad Nacli.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

Requeiro a Mesa, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos de hoje, de voto de regozijo à União Paranaense de Estudantes Secundários — U.P.E.S. — que em data de ontem completou 28 anos de relevantes serviços prestados à classe estudantil e juventude paranaense.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à Entidade homenageada.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1973.

(a) — Maurício Fruet.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignada uma manifestação de regozijo desta Casa aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Agricultura, Fazenda e Planejamento, pela recente designação para a Presidência da CIBRAZEM do jovem economista paranaense, Doutor Ruy Neves Ribas.

Para testemunhar o acerto da citada nomeação, vai anexo ao presente uma cópia do curriculum vitae do Doutor Ruy Neves Ribas, onde se verifica a plena capacitação para o exercício das importantes funções a que foi conduzido.

Requer-se outrossim, seja do presente dado conhecimento ao novo Presidente da CIBRAZEM.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1973.

(a) — Cândido Martins de Oliveira.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de regozijo à Câmara Teuto-Brasileira de Comércio e Indústria em Curitiba pelo transcurso do 50.º aniversário de fundação ocorrido na semana finda.

Durante as festividades comemorativas ao acontecimento, no dia 12 de junho de 1973, perante altas Autoridades civis, militares e convidados especiais o Exmo. Sr. Doutor Kurt Arthur Swartze, pronunciou oportuna e brilhante conferência sobre "O Paraná sob o aspecto do intercâmbio econômico germano-brasileiro", quando ressaltou o grande e histórico papel desempenhado pela Câmara, no decorrer dos cinquenta anos de intensas atividades visando as melhores relações econômicas e sociais entre Brasil e Alemanha.

Daí, a nossa satisfação pelo fato que desejamos fique registrado nos Anais históricos desta Assembléia como fato significativo e marcante para os dois povos amigos.

Uma vez aprovada a presente, requeiro dê-se ciência da decisão da Casa, à Câmara Teuto-Brasileira de Comércio e Indústria em Curitiba.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1973.

(a) — Igo Losso.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

Não tendo podido comparecer à Sessão do dia 14 do corrente mês, em razão de haver participado da reunião dos Municípios do Vale do Ivaí, realizada em Apucarana, a fim de examinar o termo de avaliação referente à micro-região, requeiro à Douta Mesa que se digne determinar o abono daquela falta.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1973.

(a) — Gilberto Carvalho.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, solicitando a extensão da linha telefônica de Salto Osório ao Município de São Jorge do Oeste.

A presente solicitação é motivada por insistentes apelos, consubstanciados em numerosas correspondências que estamos recebendo por parte de moradores da cidade de São Jorge do Oeste, os quais muito se beneficiariam com tal medida, visto que o referido Município encontra-se isolado do resto do Estado.

A extensão da linha telefônica até São Jorge do Oeste é objeto de reivindicação inclusive do vereador Valdecir Vendruscolo, que já tratou do importante assunto na Câmara Municipal daquela cidade.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1973.

(a) — Antônio Belinati.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouviu o Plenário, requer, seja endereçado expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, solicitando providências visando a reabertura do Posto da aquela Secretaria na cidade de São Jorge do Oeste.

Para estranheza da população local, o Posto foi fechado, deixando os lavradores totalmente sem a menor assistência.

Apelamos para a alta compreensão do titular da Pasta da Agricultura, visando sanar esta grave irregularidade.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1973.

(a) — Antônio Belinati.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após a anuência do Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Negócios da Fazenda, no sentido de que aquela autoridade estadual, abone as multas referentes aos meses de fevereiro e maio relativas ao atraso das guias de informação e apuração do Imposto de Circulação e Mercadorias (ICM).

Justifica-se o presente Requerimento, Sr. Presidente haja visto que as referidas autuações vem causando sérios transtornos e prejuízos aos contadores e contribuintes de nosso Estado, decorrentes da "linha dura" encetada pela Secretaria da Fazenda.

Um abonamento das citadas multas, por parte do senhor Secretário da Fazenda em muito beneficiaria ao fato, provando as intenções honestas do Governo em relação ao problema.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1973.

(a) — Domício Scaramella.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Colenda Casa, requer:

1.º — sejam encaminhados expediente ao Exmo. Sr. José Francisco Moura Cavalcanti, Digníssimo Ministro da Agricultura; e aos Exmos. Srs. Ney Braga, João de Mattos Leão e Francisco Rodrigues Accioly da Costa Filho. Digníssimos representantes do Estado do Paraná no Senado Federal, solicitando-lhes hajam por bem promover gestões visando a conversão em LEI, do Projeto de Lei n.º 92/68, da Câmara dos Deputados (n.º 3644-B/66, na Casa de origem), já com Pareceres favoráveis das Dutas Comissões de Segurança Nacional; Constituição e Justiça e de Finanças, do Senado Federal, e que visa doar ao então Distrito de Céu Azul, hoje Município do mesmo nome, no Estado do Paraná, área de 150 (cento e cinquenta) hectares de terra a ser desmembrada do Parque Nacional de Foz do Iguaçu e situada à margem esquerda da Rodovia BR-277, e localizada no perímetro do citado Município; encarecendo, ainda, se dignem essas Ilustradas Autoridades Legislativas informarem acerca do atual estágio processual do Projeto de Lei testilhado.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 18 de junho de 1973.

(a) — Odilon Reinhardt.

**JUSTIFICATIVA:**

O Projeto de Lei n.º 92/68, da Câmara dos Deputados (n.º 3644-B/66, na Casa de origem), doa ao então Distrito de Céu Azul, hoje Município do mesmo nome, a área de 150 (cento e cinquenta) hectares de terra, a ser desmembrada do Parque Nacional de Foz do Iguaçu, situada à margem esquerda da Rodovia BR-277 e localizada no perímetro daquele Município, já conta com pareceres favoráveis das Dutas Comissões de Segurança Nacional; de Constituição e Justiça; e de Finanças e sua conversão em Lei fala bem de perto ao interesse de desenvolvimento do Município de Céu Azul, o qual será adjudicada área indispensável para expansão das atividades agrárias daquela região. Entende-se, portanto, a ansiedade com que os moradores naquele Município aguardam seja transformado em Lei o Projeto de Lei em testilha, eis que, dadas as condições de fertilidade do solo, da situação geográfica em relação às vias de escoamento e dos incentivos governamentais à implantação da agro-indústria naquele polo regional, a concretização daquela medida será fator determinante de aceleração do processo de investimento e produção, com significativos reflexos nas economias regional e nacional.

Outro aspecto que deve ser considerado e que o total da área a ser desmembrada do Parque Nacional de Foz do Iguaçu não mutilará em nada os programas de proteção à flora, fauna e das belezas naturais que ali vêm sendo executados pelo Ministério da Agricultura, porquanto a área a ser desvinculada encontra-se muito próxima à Rodovia BR-277 e a centros de intenso movimento de colonização o que, por si só, já faz com que a mesma perca aquelas características pelas quais deveria ser preservada. Assim, transformado em Lei, o Projeto de Lei referido, seria dada uma destinação econômica a uma gleba atualmente sem maior significação social, simultaneamente com o fato de fazer-se acentuar a viabilidade econômica do Município de Céu Azul, além de regularizar uma situação "de fato" já corrente de modo a que a ocupação da área seja feita dentro da Lei e da Ordem.

Os Nobres Deputados certamente concordarão com a oportunidade deste Requerimento e darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a suspensão da Sessão Plenária do próximo dia 22, sexta-feira, para que o expediente seja dedicado aos trabalhos das Comissões Técnicas da Casa.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1973.

(a) — Paulo Poli.

**PROJETOS DE LEI:**

**PROJETO DE LEI N.º 131/73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais — S.O.S. —, da cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1973.

(a) — David Federmann.

**JUSTIFICATIVA:**

O Serviço de Obras Sociais de Ponta Grossa possui inúmeros congêneres em todo o Brasil. Suas finalidades são as mais meritórias e nobres. Propõe-se a desenvolver esforços no sentido de proporcionar, indistintamente, amparo às famílias necessitadas tanto econômica como moralmente. Dentro desta problemática muito necessita o Estado de que a atividade privada o auxilie. O trabalho que desenvolve o S.O.S. tem duplo valor, pois que atuando agora num propósito de recuperação, possibilita que tenhamos uma geração futura perfeitamente enquadrada dentro da boa conduta social. Então nada mais justo que o Poder Público outorgue-lhe o reconhecimento de utilidade pública, habilitando-o aos benefícios legais decorrentes. Esperamos contar com o apoio dos nossos Nobres Pares ao presente Projeto de Lei.

**PROJETO DE LEI N.º 132/73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública



blica a — AMAR — Assistência ao Menor Para Amparo e Recuperação, com sede e Foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1973.

(a) — Maurício Fruct.

#### JUSTIFICATIVA:

A "AMAR — Assistência ao Menor para Amparo e Recuperação", entidade de Assistência Social devidamente registrada no 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, nesta Capital, sob n.º 1.979, do Livro "A" de Registro de Pessoas Jurídicas, tem por objetivos prestar ao menor, procurando além de amparar, recuperar e dar ampla assistência.

Como entidade sem fins lucrativos, para cumprir seus objetivos necessário se faz por parte do Poder Público, proporcionar condições especiais para seu funcionamento, e a concessão de Título de utilidade pública vem dotar a AMAR do requisito necessário para poder receber verbas estaduais e federais.

Anexo ao presente Plano de Lei, certidão do registro da entidade e relação da diretoria.

#### PROJETO DE LEI N.º 133/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Escola Técnica Federal do Paraná, Órgão da Rede Federal de Ensino do Ministério da Educação e Cultura, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado à Avenida 7 de Setembro, onde mede 70,10 metros, fazendo esquina com a rua Desembargador Westphalen, onde mede 75,00 metros, com a área total de 5.268,00 metros quadrados, atualmente ocupado por edificações da referida Escola, o qual foi adquirido pelo Estado do Paraná, por escritura pública de compra e venda, conforme transcrição n.º de Ordem 1.139 do Livro 3 da 1.ª Circunscrição desta Capital.

Art. 2.º — O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior, deverá ser utilizado somente para Estabelecimento de Ensino.

Art. 3.º — Fica revogada a Lei n.º 6.332 de 27 de outubro de 1972.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1973.

(a) — Borsari Netto.

#### JUSTIFICATIVA:

A objetivada doação à Escola Técnica Federal do Paraná, já havia sido autorizada pela Lei Estadual n.º 6.332, de 27 de outubro de 1972, contudo, conforme manifestação expedida pelos órgãos federais competentes, deverá, ocorrer o advento de nova Lei, a fim de que a questionada doação seja feita diretamente a referida Escola Técnica Federal do Paraná, Autarquia Federal, e não através do Patrimônio da União como fora disposto na Lei anterior.

#### PROJETO DE LEI N.º 134/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Agrícola, na cidade e Município de Castro, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 19 de junho de 1973.

(a) — João Fadel.

#### JUSTIFICATIVA:

De há muito a população de Castro reivindica para seu Município a criação, instalação e funcionamento de um Ginásio Agrícola como decorrência natural da vocação econômica da região de que a cidade é polo e ensinará aquelas populações rurais melhores oportunidades de qualificação profissional para o aumento da produção e da produtividade agrícola, ao mesmo tempo em que, propiciando base sólida de fixação do homem na terra estará elidindo uma das causas das correntes migratórias campo-cidade, que despovoava a zona rural e determina impacto demográfico nos centros urbanos com as óbvias seqüelas sócio-econômicas já conhecidas.

Por outro lado, não haverá necessidade, por parte do Governo do Estado em dispender investimentos acentuados para instalação do Ginásio Agrícola, porquanto há possibilidade de transferir ao patrimônio da Secretaria da Agricultura a qual deverá ficar jurisdicionado o novo estabelecimento, das instalações até há pouco ocupadas pelo Grupo de Artilharia de Dorso — GADO — do Exército Nacional, que ali mantinha aquela unidade havendo transferido-a para outro local, deixando os pavilhões de instrução, cozinhas, dormitórios, currais, enfim, todo o equipamento que usava para reversão ao patrimônio do Estado do Paraná, o que não sabemos se já se concretizou.

Vê-se, assim, que a criação do Ginásio Agrícola depende apenas da boa vontade do Poder Executivo, porquanto já existe a base física para instalação do mesmo, podendo, assim que criado, entrar em funcionamento já no próximo ano letivo, o que viria beneficiar altamente os filhos de lavradores com vocação para as tarefas rurais, sem retirá-los do meio ambiente, o que caracteriza esta iniciativa como consonante com os objetivos do Governo Federal, eis que a mesma tem profundo significado sócio-econômico regional e não se inscreve no rol daquelas que apenas fazem aflorar os problemas estruturais das comunidades sem, no entanto estudar-lhes as soluções.

Os Nobres Deputados certamente concordarão com a oportunidade do presente Projeto de Lei e darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

#### PROJETO DE LEI N. 135/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Escola Técnica Federal do Paraná, Órgão da Rede Federal de Ensino do Ministério da Educação e Cultura, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído por um terreno com 22,60 metros de frente para a rua Marechal Floriano Peixoto, por 56,36 metros de frente para a rua 7 de Setembro, contendo um prédio de alvenaria e mais o terreno anexo com 28,00 metros de frente para a rua 7 de Setembro, por 75,00 metros de extensão de fundos, contendo diversas benfeitorias, o qual foi adquirido pelo Estado do Paraná, por escritura pública de compra e venda, transcrita sob n.º de ordem 16808 do Livro 3.º I de transcrições do Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2.º — O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior, deverá ser utilizado na construção de Estabelecimento de Ensino, no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados da data da publicação da presente Lei, sob pena de reversão ao Patrimônio do Estado do Paraná.

Art. 3.º — Fica revogada a Lei n.º 6.331 de 27 de outubro de 1972.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1973.

(a) — Borsari Netto.

#### JUSTIFICATIVA:

A objetividade da doação à Escola Técnica Federal do Paraná, já havia sido autorizada pela Lei Estadual n.º 6.331, de 27 de outubro de 1972, contudo, conforme manifestação expedida pelos órgãos federais competentes, deverá, ocorrer o advento de nova Lei, a fim de que a questionada doação seja feita diretamente a referida Escola Técnica Federal do Paraná, (Autarquia Federal), e não através do Patrimônio da União como fora disposto na Lei anterior.

#### Projeto de Lei n.º 136-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Igreja Seicho-No-Ie do Brasil, com sede central e foro na Capital do Estado de São Paulo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1973.

(a) — Jorge Sato.

#### JUSTIFICATIVA:

A Igreja Seicho-No-Ie do Brasil, assim denominada tem sua sede central e foro na cidade de São Paulo a Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira n.º 1226, tendo como finalidade obter a iluminação da humanidade, através da divulgação dos ensinamentos doutrinários da Seicho-No-Ie.

A Igreja Seicho-No-Ie do Brasil não tem finalidade lucrativa e é apolítica. Acha-se registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas competentes e tem como organização filiadas instituições Regionais, Sub-Regionais e Instituições locais.

Preenchendo todos os requisitos da Lei que regula a matéria, apresentamos o presente Projeto de Lei, esperando dos ilustres Pares o devido apoio e consequente aprovação. Referida entidade já foi declarada de Utilidade pública no âmbito Municipal.

#### Projeto de Lei n.º 137-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o "Centro Paranaense de Tradições General Carneiro, com sede e foro na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1973

(a) — Jorge Sato.

#### JUSTIFICATIVA:

O Centro Paranaense de Tradições "General Carneiro", com sede e foro na cidade de Curitiba, tem por finalidade, entre outras, estudar as tradições brasileiras, principalmente o regionalismo paranaense, sob todos os aspectos criar e manter escolas educacionais e de artesanato para pesquisa e aperfeiçoamento da arte e promover intercâmbios culturais, com os demais Estados da Federação.

Referida entidade acha-se registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas competentes, sua Diretoria não percebe qualquer tipo ou forma de remuneração, preenchendo desta forma as exigências da lei pertinente a matéria.

Desta forma, esperamos dos ilustres Pares o necessário apoio ao presente Projeto de Lei, para posterior aprovação.

#### Projeto de Lei n.º 138-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Filantrópica do Hospital Santo Antonio, com sede e foro na cidade de Bocaiuva do Sul, Município do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.6.73.

(a) Quielise Crisóstomo

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que com este Projeto de Lei se pretende declarar de utilidade pública, é a Sociedade Filantrópica do Hospital Santo Antonio, com sede no Município de Bocaiuva do Sul. A utilidade pública da referida Sociedade é notória na sede do Município onde esta localizada, esperando, por isso, o Deputado subscritor do Projeto, que o mesmo seja aprovado por esta augusta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Srs. Presidente, Srs. Deputados.

Solicitamos a nossa inscrição para esta tarde, inicialmente, para acusarmos o recebimento de uma correspondência de uma classe aliada pela sociedade, uma classe punida pela sociedade, punida pela Justiça, pelos erros que praticou. Trata-se dos detentos do manicômio judiciário, que nos enviaram uma correspondência e que tomamos a liberdade de ler trechos para que o Sr. Deputado Líder do Governo, possa encaminhar esta missiva aos canais competentes, porque todos nós pregamos a Justiça, mas pregamos também o amor. E se o indivíduo está condenado, está num manicômio cumprindo pena pelos crimes que praticou, devemos todos nós, dentro do mais alto espírito cristão, devotar a esses condenados, um tratamento humano, para que eles possam cumprir a sua pena, sair do manicômio não revoltados com a sociedade mas recuperados para o trabalho que a sociedade lhes reserva. E assim é, Sr. Presidente, Srs. Deputados que os detentos do manicômio judiciário enviam-nos uma carta onde há uma grave denúncia contra o Sargento Osvaldo Crispim Bezerra, acusado de espancar os detentos do manicômio judiciário. E esta mesma correspondência enumera a má alimentação dada aos detentos; as doenças que estão tomando conta dos prisioneiros, entre elas, a tuberculose. Não há remédios; não há nenhuma assistência no Manicômio Judiciário.

Nós gostaríamos Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esta correspondência e esta denúncia seja pelo Ilustre Líder do Governo, Deputado Cândido Martins de Oliveira, encaminhada ao Governo do Estado, para que esses de-



tentos possam receber um tratamento mais condizente com os direitos humanos. São presos, são homens que praticaram um erro, mas que nem por isso devem ser tratados como se não fossem criaturas humanas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Neste momento de expectativa em que vive o Paraná, estamos tomando conhecimento de uma publicação feita por uma revista de circulação nacional, a revista "Veja", que publica hoje para conhecimento de todo o Brasil, uma reportagem sobre o Paraná, denominada "Paraná QUEM GOVERNA?". É ao mesmo tempo a revista estampa duas assinaturas diferentes do Governador Parigot de Souza. Diz essa mesma revista num dos trechos da reportagem: — "As assinaturas — Politicamente, a situação de Parigot apresenta a mesma gravidade. Dois ofícios, supostamente com sua assinatura, levantaram na semana passada, na Assembleia Legislativa, a hipótese de que ele não governava mais, e Deputados ameaçavam ir ao Comando da 5.ª Região denunciar a falsificação. Em São Paulo, examinando cópia xerox das assinaturas, o perito Paulo Argemiro da Silveira, da Polícia Técnica, disse a "VEJA" que, "À primeira vista, existem diferenças primárias entre elas, principalmente na lacada final, na forma do "g" e nos colchetes".

Analisados o quadro clínico e a situação política, as especulações começaram a fermentar e entre Curitiba e Brasília se estabeleceu o debate sobre a sucessão, em caso de morte ou renúncia de Parigot. Como não há um Vice-Governador, o cargo passaria automaticamente ao Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado João Mansur, que já assumiu uma vez e apesar de ter afirmado "se concordarem assumo novamente e cumprio com meu dever", tem boas razões para escapar à obrigação. Com ambições de ser eleito Deputado Federal em 1974, não poderia assumir o Governo por incompatibilidade, mas também pagaria o alto preço de ter que renunciar à Presidência da Assembleia. O Desembargador Edmundo Mercer Junior, novo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, é o segundo na linha de sucessão de Parigot, e na terça-feira passada fez uma inesperada viagem à Brasília, onde esquivando-se do assunto, disse: "A Lei brasileira proíbe que se discuta a herança de pessoa viva".

Em Curitiba, alguns especulavam mais longe. De acordo com a Constituição Estadual, a Assembleia Legislativa elegerá um novo governador trinta dias após o cargo vagar-se. E quem substituir Parigot passará o poder ao eleito. Os três nomes mais citados para a eleição indireta são: "Jaime Canet — Empresário, Avelino Vieira — presidente do Bamerindus, e Franco Sobrinho — diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná".

Portanto, Sr. Presidente, para que a Casa registre em seus Anais esta reportagem gravíssima publicada hoje, pela revista "Veja", procedemos aqui à leitura da mesma, lamentando a enfermidade que tomou conta do Governador Parigot de Souza, lamentando que S. Exa., apesar de sua doença não tenha solicitado uma nova licença e entregue o Governo ao seu legítimo sucessor, no caso o nosso Presidente João Mansur que demonstrou, nos 30 dias de Governo, sua alta capacidade e sentido voltado para a vida pública.

Se o Sr. Governador se encontra doente, tributamos a ele o nosso mais alto respeito, desejando que S. Exa. se recupere, mas estranhamos, Sr. Presidente, que o Paraná esteja sendo governado diretamente de um leito de Hospital, com tantos homens com capacidade e em condições para levar avante os planos traçados para o desenvolvimento de nosso Estado.

Portanto, Sr. Presidente, era este o comentário que tínhamos a fazer, tomando conhecimento desta grave reportagem da revista "Veja", mostrando a diferença que há entre uma e outra assinatura do Governador Parigot de Souza, dando a entender que alguém estaria assinando os documentos, os Projetos enviados a esta Casa pelo Sr. Governador Parigot de Souza.

Tomara que não haja fundamento, para maior tranquilidade da família paranaense. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Igo Losso.

O SR. IGO LOSSO — Sr. Presidente, srs. Deputados. A Nação brasileira, em data de ontem, acompanhou com o mais vivo interesse a Mensagem de S. Exa. o Presidente da República. Gal. Emílio Garrastazu Médici, quando enviou ao Congresso Nacional a Mensagem atendendo a dispositivo legal que cria o Colegiado eleitoral para votação e eleição do novo Presidente da República em sucessão a seu período de mandato.

Dentre os muitos aspectos que poderíamos abordar da Mensagem de S. Exa. transmitida a todo o País, está a indicação do nome que deverá ser apresentado pela ARENA para a sucessão de S. Exa., o nome honrado, ilustre e digno do Gal. Ernesto Geisel. Homem de espírito elevado S. Exa. haverá de, alçado ao supremo mandato da Nação, cumprir em seqüência aquelas normas instituídas pelo Movimento Revolucionário de 64. Dotado de uma capacidade extraordinária e de um espírito profundamente cristão, sabemos que o novo Presidente da República haverá, não só de continuar a obra revolucionária, mas de consolidar todos aqueles princípios que expressam a verdadeira democracia implantada no País.

Assim é que, nesta oportunidade, trago aqui um Requerimento subscrito por todos os Deputados da ARENA presentes à Casa e que está consubstanciado nos seguintes termos: (Lê)

#### "Requerimento

Senhor Presidente

Os Deputados que ao final o presente subscrevem ao uso de suas atribuições legais, requerem, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um Voto de Congratulações e Regozijo, ao Exmo. Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, General Emílio Garrastazu Médici, pela feliz e acertada escolha do nome do Eminentíssimo e Ilustre General Ernesto Geisel, para ser o novo Presidente da grande nação brasileira em sua sucessão.

Homem dotado dos mais puros sentimentos de austeridade, de passado digno e competência comprovada em todas as missões que lhe foram confiadas, será ele inevitavelmente, o grande continuador da obra revolucionária, pelos seus dotes democráticos e cristãos.

Estão de parabéns o Exmo. Sr. Presidente Emílio Médici a grande Pátria, pois foi inequivocamente, uma escolha que veio de encontro aos grandes anseios do povo, representados pela seqüência natural do respeito, da paz, da ordem e do progresso, implantados pela evolução e que subitamente vêm sendo romovidos pelo atual Presidente, seu corpo de auxiliares.

Nossos votos são de que Deus continue iluminando o atual e novo Supremo Mandatário de nosso querido Brasil.

Requeremos, outrossim, uma vez aprovado o presente, de-se ciência da decisão da Casa ao Grande Presidente de nossa República e seu recém indicado sucessor.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1973.  
(aa) Igo Losso — Candido Martins de Oliveira — João Mansur — Leopoldo Jacomel — Borsari Neto — Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Basílio Za-

nusso — Marciano Baraniuk — Fuad Nacli — Odilon Reinhardt — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Júnior — Jorge Sato — Lázaro Dumont — João Fadel — Luiz Roberto Soares — O'avo Ferreira — Santos Lima — Armando Queiroz — Ovidio Franzoni — Paulo Poli.

Seguem as assinaturas de todos os Parlamentares da Aliança Renovadora Nacional que se encontram presentes nesta Sessão.

Era só, sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o terceiro orador inscrito, sr. Deputado Antonio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados. Sempre que alguém pergunta como se pode valorizar o Poder Legislativo, tenho respondido que se valoriza o Legislativo pelo trabalho, pela capacidade, pela ação e pelo valor de cada um de seus integrantes.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná acaba de dar a demonstração de valorização da sua Casa de Leis. Tivemos há dois dias atrás, a sanção da Lei Orgânica dos Municípios. Um diploma legal, nascido nesta Casa, debatido e estudado nesta Casa e seus autores não fizeram uma lei de origem incerta e não sabida, mas foram procurar, na realidade paranaense, no Interior e na Capital os subsídios necessários para dar uma lei à altura do nosso Estado e da programação do Município paranaense.

Por isso quero, nesta oportunidade, parabenizar-me com a Casa, especialmente com os integrantes da Comissão Especial Deputados Armando Queiroz, Borsari Neto, Luiz Roberto Soares e Domício Scaramella pelo seu trabalho, e a toda a Casa a todos os srs. Deputados pela colaboração que deram.

É assim que se valoriza o Poder Legislativo.

Meus parabéns ilustres Deputados! — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupo a Tribuna, neste Pequeno Expediente dedicado às comunicações, para informar à Casa três acontecimentos que reputo de vital importância para o desenvolvimento da Região Sudoeste do Paraná.

Inicialmente, diria que a Fundação Instituto Nacional de Cartografia do Estado do Paraná, inicia, nesta semana a expedição dos títulos de propriedade de terras devolutas daquela Região notadamente as porções de terras constantes da faixa considerada como vital para a segurança nacional.

Mas, o importante dessa notícia é o fato de haver conseguido aquela Fundação um convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através do qual o produto todo da venda dessas terras seria usado em obras de infra estrutura dentro da própria área; isso quer significar a inversão de importância vultosa na construção de salas de aula, na construção de pontes e melhoria e ampliação de nossas estradas, e também no setor de eletrificação rural.

Observamos principalmente que na próxima semana, quando começarem a ser entregues os títulos das glebas "FARTURA", que atinge os Municípios de São Jorge do Oeste e São João, teremos recursos da ordem de 3 bilhões antigos, para investimento nesse setor vital para o desenvolvimento daquela área tão progressista do Estado do Paraná.

Outra medida também humana, conseguida em convenio INCR e Instituto de Terras e Cartografia do Estado o fato de nossos agricultores poderem receber os títulos definitivos das terras, mesmo que não hajam pago sequer uma prestação, podendo beneficiar-se dos títulos definitivos, para obtenção dos empréstimos indispensáveis para financiamento de sua cultura, pecuária, enfim para desenvolver sua propriedade, fazendo com que ela tenha rentabilidade maior.

Outra comunicação também auspiciosa para nossa Região Sudoeste Paranaense é que sexta-feira, dia 22, nesta semana portanto, a Telepar irá inaugurar o sistema de discagem direta à distância na cidade de Pato Branco. É a Capital do Sudoeste do Paraná a se integrar no clube do DDD deste País que está se desenvolvendo tanto. Portanto sexta-feira, em Pato Branco, estarão reunidos todos os Prefeitos da área do Sudoeste do Paraná e receberá essa cidade mais um serviço que demonstra a operosidade governamental no setor das telecomunicações. E não só isso, mas também o reconhecimento do Governo ao crescimento espantoso da Região Sudoeste do Paraná.

A terceira comunicação que pretendia fazer, também diz respeito às obras que o Governo do Estado vai levando à região mais Oeste do nosso Estado. No domingo, 24 deste mês, com a presença de Secretários de Estado, principalmente do sr. Secretário de Educação e Cultura, do sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, da Sra. Superintendente da Fundepar, estaremos inaugurando no Município de Medianeira, uma das maiores obras do setor educacional, no Distrito de Missal, um grupo escolar com 25 dependências, portanto, pronto para abrigar ali uma coletividade estudantil num dos distritos mais progressistas e promissores da área oeste do Estado.

Naquela ocasião também a Prefeitura Municipal estará inaugurando o novo Paço Municipal novas ruas asfaltadas, mais luz e força para outras localidades distantes da sede, depois de ter sido já a inauguração desses serviços, em todas as sedes dos distritos judiciários de Medianeira.

Além do mais, o Grupo Escolar da sede do Município, construído pela Prefeitura, em convenio com o Estado. São inaugurações que atestam a presença do Governo do Estado nos setores mais carentes ainda de atendimento.

Eram as três comunicações que me cabia fazer neste Pequeno Expediente, para tratar com detalhes na próxima semana. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. Deputado Armando Queiroz.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente, srs. Deputados. A nossa presença, neste instante, nesta Tribuna, é para manifestar o nosso júbilo, a nossa satisfação e o nosso regozijo pela sanção ocorrida ontem da nova Lei Orgânica dos Municípios. Afinal concluiu-se, assim, um trabalho de quase dois anos e que, finalmente, chegou a um desfecho feliz.

Naquele ano de 1971, pelo segundo semestre, iniciávamos um estudo tendo ido buscar subsídios em todos os pontos deste País fomos pedir solicitações a todas as entidades, a todos os órgãos que pudessem trazer seus conhecimentos, para que pudessemos aproveitar nesta lei que estamos pensando em apresentar.

Num estudo conjugado de esforços dos Deputados Borsari Neto e Luiz Roberto Soares foi possível agora, quase dois anos depois chegarmos ao fim.



Ontem estivemos pessoalmente na presença do Sr. Governador do Estado, também lá se encontravam o Deputado Borsari Neto, o Deputado Presidente desta Casa João Mansur, e os Srs. Secretários de Estado Mauricio Schulmann e Osiris Stenghel Guimarães e ainda o Sr. Milton Menezes, Chefe da Casa Civil. No instante da sanção S. Exa., o Sr. Governador fez questão de ressaltar o fato para dizer da satisfação que sentia em poder sancioná-la porque era uma lei que vinha preencher uma lacuna por demais profunda existente na legislação própria e pertinente aos Prefeitos e Câmaras de Vereadores.

Ao falar isso, ao manifestar sua satisfação apresentava ao Paraná e à Assembleia Legislativa os seus cumprimentos porque como dizia à repetição, era uma lei realmente solicitada.

Encerra-se assim, pois, Srs. Deputados, parcialmente a tramitação desta lei porque ocorreram alguns vetos de pequena expressão de detalhes vetos que terão ainda que ser apreciados pela Comissão Especial e depois vir a este Plenário para apreciação dos srs. Deputados.

De qualquer forma é uma grande vitória que se conseguiu para nossos Municípios para nossos Prefeitos e para as Câmaras de Vereadores. Muito obrigado, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderia deixar de dizer neste início de Grande Expediente, também, da minha satisfação de consignar os meus cumprimentos a todos aqueles que contribuíram para que esta Lei Orgânica dos Municípios fosse sancionada pelo Sr. Governador do Estado do Paraná. De fato, este diploma, vem de encontro às necessidades dos Municípios do Estado do Paraná, vem suprir uma lacuna que de há muito se fazia sentir. Nós, que caminhamos pelo Interior do Estado, que estivemos em contato com as diversas Prefeituras, com as Câmaras de Vereadores, sentimos esta necessidade, e portanto, queremos deixar aqui os nossos cumprimentos aos Srs. Deputados Luiz Roberto Soares, Armando Queiroz e Borsari Neto, que deram a contribuição maior, para que hoje pudéssemos vir à Tribuna, e dizer aos Prefeitos paranaenses e Vereadores dos Municípios do nosso Estado que finalmente, temos a tão sonhada Lei Orgânica dos Municípios. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os problemas de fiscalização das Companhias de Economia Mista, das Fundações, têm sido objeto de preocupação não só nesta Casa mas em todo o território nacional. De fato do regime jurídico a que eles estão submetidos faz com que escapem do processo de fiscalização mais sério. O problema inclusive, foi sentido na área federal, sentido, ao ponto do Governo da República solicitar de um eminente jurista Professor Hely Lopes Meirelles, um Anteprojeto que fizesse submeter também ao Tribunal de Contas, as contas das Companhias de Economia Mista e também das Fundações. Esta preocupação vem se fazendo sentir inclusive recentemente, apreciando um mandato de segurança impetrado por um cartório do Estado da Guanabara, decidiu o Supremo Tribunal, que o Estado tem poder de limitar os ganhos daqueles que representam o Estado na administração indireta. Foi este o entendimento do Supremo Tribunal Federal. Porque por lei específica a Assembleia Legislativa da Guanabara, fixou o limite de ganho dos cartórios do Estado da Guanabara. Estes não concordando com a fixação legal, impetraram junto ao Supremo Tribunal Federal um Mandato de Segurança, e o maior colégio deste País, decidiu que era absolutamente constitucional a legislação e fixou os ganhos dos cartórios em quase nove, mil cruzeiros, equiparando-os em termos de vencimentos, aos ministros do Supremo Tribunal Federal. Veio a propósito esta decisão do Supremo Tribunal, porque dias atrás, quando discutíamos nesta Casa um Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, que proibia a participação dos lucros de Diretores de Empresas de Economia Mista das quais o Estado é acionista majoritário e inclusive, se aventou a hipótese da inconstitucionalidade do Projeto do nobre Presidente desta Casa. De fato, é uma contribuição esclarecedora que trago, porque sobre a inconstitucionalidade deste projeto, de uma forma indireta, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal quando dizia constitucional, a limitação que a Assembleia Legislativa da Guanabara determinou, dos ganhos dos cartórios do Estado guanabarinense. Mas, Sr. Presidente Srs. Deputados na oportunidade em que discutíamos este projeto moralizador do Deputado João Mansur, projeto que pela maioria desta Casa foi retirado da Ordem do Dia por trinta sessões, deve voltar à sua apreciação em meados de agosto. Fizemos em rápida passagem por esta Tribuna, algumas referências a negócios do Banco do Estado do Paraná, que segundo o mesmo entendimento não estavam de acordo com os melhores termos de uma administração. Simplesmente fizemos esta referência. Dissemos que havia negócios errados no Banco do Estado. Entretanto, ausente desta Casa, aqui compareceu a esta Tribuna o nobre Deputado Paulo Poli, interpretando as nossas palavras de forma muito diversa daquilo que havíamos dito aqui desta Tribuna. Segundo S. Exa., nós havíamos dito que havia negociações no Banco do Estado do Paraná. Em absoluto. Não sei de onde S. Exa. foi tirar estas palavras ou termo, negociata. Porque não se deve confundir negociata com mau negócio. Lamento profundamente o entendimento de S. Exa., que deveria ter tido, data vênica, o cuidado de consultar as notas taquigráficas, porque lá S. Exa. encontraria aquilo que eu disse desta Tribuna. S. Exa. não teve o cuidado e veio à Tribuna fazer a defesa de uma acusação inexistente. Talvez tenha feito sua média com a administração do Banco do Estado mas foi injusto para com o seu colega, para com o Deputado que ocupa esta Tribuna. Porque na verdade, em momento algum, referi-me a qualquer negociata no Banco do Estado; respeito profundamente a honra alheia; tenho responsabilidade por tudo aquilo que digo e por tê-la aqui estou para reafirmar aquilo que eu disse e o que falei acerca dos negócios do Banco do Estado do Paraná. Estou aqui para reafirmar e ao mesmo tempo reafirmando aquilo que disse, desta Tribuna, quero responder ao Deputado Paulo Poli. Desafia-lo para que venha mostrar em que momento me referi a negociações no Banco do Estado do Paraná. Fazia eu menção à funcionários reglementares pagos; e isto é verdade. E não há necessidade de Diretores de Banco do Estado procederem qualquer negociata. Veja V. Exa., nobre Deputado Paulo Poli, atente apenas com referência ao segundo semestre de 71, com referência ao lucro do Banco do Estado do Paraná, no segundo semestre. Em 71, Assembleia de 10-01-72, cada Diretor do Banco do Estado do Paraná, recebeu a título de gratificação, 144.337,99. Isto, dividido por 6 meses, dá um quociente de cerca de 24 mil cruzeiros mensais. Esta importância somada aos vencimentos de cada um, mais verba de representação, dá um vencimento global de cerca de 35 mil cruzeiros mensais; sem nos referirmos ao carro oficial, à gasolina paga e a tantas outras facilidades mais. Esta a razão, nobre Deputado Paulo Poli, de nós estarmos veementemente do lado do Projeto de Lei do Deputado João Mansur, que limita os ganhos dos Diretores de Companhias de Economia Mista. Veja V. Exa., o que é o Banco do Estado do Paraná? Aonde o Banco do Estado busca gran-

de parte dos seus recursos? No trabalho dos seus Diretores, ou num depósito obrigatório imposto pelo Governo, pelo Executivo Estadual?

Falta hierarquia salarial neste Estado.

O Sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Tive a oportunidade, numa ocasião, de em aparte, esclarecer ao nobre Deputado Paulo Poli que V. Exa. não tinha feito aquela referência, em primeiro lugar. Não teve aquela expressão negociata. E, de fato constatamos hoje ainda que não consta isso das notas taquigráficas. Mas, com respeito à tese de V. Exa. eu quero acrescentar e dizer alto e bom som, enquanto isto ocorre, milhares de funcionários públicos do Estado do Paraná percebem o salário mínimo.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Perfeito. Eu, na oportunidade tomei conhecimento através das notas taquigráficas, das palavras de V. Exa. e quero agradecer pela oportunidade da intervenção em favor desse Deputado que se encontrava ausente no momento em que era criticado pelo nobre Deputado Paulo Poli.

Entendo que deve haver uma hierarquia salarial neste Estado. Como pode o Diretor de um Banco de Estado receber mais que o Governador? Afinal de contas se ele tem direito como administrador de participar dos lucros do Banco do Estado, lógico também seria que o Governador do Estado do Paraná tivesse uma participação nos lucros de todas as Empresas do Estado, porque, afinal de contas, quem nomeia os Diretores das Empresas é o próprio Governador do Estado.

Falta hierarquia salarial neste Estado e é preciso que o povo tome conhecimento disto.

Como é que vou falar em negocata quando um funcionário desses recebe 35 mil cruzeiros por mês? É esta a pergunta que faço aos Srs. Deputados e a todo o Estado do Paraná. É preciso que todos tomem conhecimento do que se está passando aqui. Temo ainda sobre a natureza destas gratificações e dos lucros do Banco do Estado porque existem ali operações que, me parece, não terão a melhor solução, não serão prontamente os créditos concedidos através delas retornados aos cofres do Banco do Estado e, pelo que sei, essas operações periclitantes não estão contabilizadas, como seria de praxe, em crédito de liquidação ou em outro título contábil equivalente. Em outras palavras estão sendo contabilizados juros e Comissões sobre essas operações de retorno duvidoso e sobre esses juros que se transformam em receitas estão sendo calculadas gratificações para os Diretores do Banco do Estado do Paraná. Fazem maus negócios e ainda recebem gratificações sobre os maus negócios.

Imaginem os Senhores. Se eu defiro uma operação de 100 mil cruzeiros e essa operação não tem a menor possibilidade de voltar. Se eu transferi-la para uma conta especial e não contabilizar os juros dela como receita ficará essa operação aguardando a decisão final. Mas se eu for pagando uma operação com outras os juros da nova operação vão sendo contabilizados e no final do balanço, haverá um lucro acrescido desses juros, e ganharei gratificação sobre o mau negócio.

É este o meu propósito, Deputado Paulo Poli, de defender o projeto do Deputado João Mansur. Não entendo que um Diretor do Banco do Estado do Paraná possa receber 35 mil cruzeiros por mês. Acho uma bofetada no povo do Estado.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Interrumpo V. Exa. porque realmente não consegui gravar a importância relativa às gratificações dos Diretores no segundo semestre de 71. Pediria venia para, se possível, repetir.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Com prazer, nobre Deputado. 144.337,99 centavos.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Essa importância foi rateada entre todos os Diretores?

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Entre dois. Os demais receberam 101.036,60 centavos. Dois Diretores, naturalmente o Presidente e o Vice-Presidente, receberam a primeira importância e os demais Diretores 101.036,60 centavos.

O Sr. Luiz Roberto Soares — 144 mil para cada Diretor?

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Para cada um dos dois Diretores, 144.337,99, que é uma nota até razoável. Presidente e Vice-Presidente. Os demais Diretores 101.036,60. Cada um recebeu esta importância. Não é um rateio entre eles.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Entendera preliminarmente que esta importância havia sido rateada entre todos os Diretores o que me pareceu, de certa forma, aceitável. Mas V. Exa. esclarece que tal importância foi correspondente à gratificação de cada Diretor de per si.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — A cada Diretor de per si. Fico a imaginar se o percentual de participação de lucros nas empresas for o mesmo adotado no Banco do Brasil, quanto não receberá, a título de gratificação, cada Diretor daquele Banco? Fico a imaginar se o critério posto em prática pela Diretoria do Banco do Estado for o mesmo do Banco principal de nosso País. Daí minha preocupação com o projeto de autoria do Deputado João Mansur.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Acho que mais preocupado que V. Exa. com o projeto estão os diretores das sociedades de economia mista.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Mas, veja, Sr. Deputado, se não se justifica a minha preocupação, no momento que se pretende dar aumento ao funcionalismo público do Estado do Paraná faz-se cálculos minúsculos, alegando as dificuldades do Tesouro Estadual e se premia, com vencimentos dessa natureza, a uma pequena casta privilegiada de nosso Estado. Homens que estão recebendo muito mais do que o Governador do Estado, muito mais do que o Presidente da República. E, afinal de contas, são funcionários do Estado e eu advogo uma hierarquia salarial a fim de que não se crie uma casta de privilegiados. E isto reputo uma bofetada em todo o funcionalismo público do Estado do Paraná.

Quero mais uma vez deixar esclarecido definitivamente, que, em momento algum, referi-me a qualquer negociata no Banco do Estado do Paraná. Tenho, pela honra alheia, o mesmo respeito que, faço questão, tenham por minha própria honra.

Simplesmente, não trato, aqui de público, de certos maus negócios que, entendo, existam no Banco do Estado do Paraná. Isso se prende, ainda, à responsabilidade com que procuro tratar as coisas sérias. Porque, na verdade, o tratamento de um assunto de tão grande importância pode trazer repercussões negativas em algumas das principais empresas paranaenses.

Esta a razão pela qual tenho examinado cuidadosamente o menor procedimento a ser adotado, sem abdicar, entretanto, das minhas obrigações de Deputado da Oposição que implicam, sobretudo, em fiscalizar os atos administrativos da Administração, seja direta, ou seja indireta, do Estado do Paraná.



Ficam, aqui, Srs. Deputados, os esclarecimentos que queria e devia a esta Casa, ao povo do Paraná e à Diretoria do Banco do Estado.  
Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o segundo orador inscrito no Grande Expediente Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois motivos me trazem a esta Tribuna.

O primeiro deles prende-se a um expediente que, nesta data, recebi do Sr. Diretor do DETRAN, engenheiro José Marcos Loureiro Prado, vasado nos seguintes termos: (Lê).

"Não sei se incorro novamente em erro técnico ou normativo ao dirigir-me a Vossa Excelência. Creia Vossa Excelência que os propósitos que me levam a escrever esse ofício são os de maior respeito pelo Poder Legislativo deste Estado. Não quero se repita o mal entendido anterior, quando um pedido nosso, (de um órgão que tem Autonomia Administrativa, dada por esta digna Casa depois de amplos debates), foi interpretado como uma afronta à dignidade deste Poder.

O que quero dizer é que, o DETRAN é aberto a todos. Se o FUNRESTRAN dele faz parte, também se abre à fiscalização.

Agradeço o excepcional empenho do Nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira na defesa do órgão. Fê-lo, por ter tido acesso aos documentos que geraram a Tomada de preços das motocicletas e sua posterior compra, o que lhe deu completo conhecimento do assunto.

Li com atenção as notas taquigráficas que me foram enviadas, e respeito o nobre Deputado Erondy Silvério, na sua confiança em minha honrabilidade e na minha sinceridade de propósito.

Só não compreendi ainda o episódio passado com o nobre Deputado Gabriel Manoel com um homem da P.M., quero esclarecer a Vossa Excelência que não foi um assessor que fez a apreensão do veículo do Deputado Apelo ao seu senso de Justiça no testemunho do fato.

A verdade é que foram, apesar das referências elogiosas levantadas dúvidas e formuladas críticas. As críticas à parte de circulação viária necessitariam de um debate longo e pessoal e não poderiam ser objeto deste ofício.

As dúvidas, estas sim, são relativas a uma das compras feitas, a das motocicletas.

Dúvidas, se existem, devem ser esclarecidas. E para esclarecê-las nada melhor que ampliar as atribuições da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Este é o pedido que faço ao Excelentíssimo Senhor Deputado; que sejam verificadas todas as compras feitas pelo FUNRESTRAN até esta data, a fim de que a lisura das mesmas possa ser levada ao conhecimento do público que é o seu maior interessado, e deve saber, a firma de agir do Estado nas suas compras, as quais não devem nunca visar interesses particulares e sempre o interesse maior do Estado e da coletividade paranaense.

Aproveito o ensejo para apresentar as minhas saudações e distinto apreço. Assinado — Marcos Prado".

Sr. Presidente Srs. Deputados. Trago ao conhecimento da Casa conforme me foi solicitado pelo Sr. Diretor do DETRAN, o expediente (que acabei de ler, dando contas a esta Assembléia do estado de espírito desarmado com que o engenheiro Marcos Prado recebeu a atitude de 19 Srs. Deputados desta Assembléia, que solicitaram a instalação de uma Comissão de Inquérito.

S.Exa. está à disposição dessa Comissão, faz questão de aqui vir, de apresentar à Comissão todos os documentos e ao final receber uma solução conclusiva dessa Comissão, a fim de que possa, com esses resultados, testemunhar mais uma vez ao Paraná e aos seus concidadãos, a lisura com que procedeu nesse fato gerador de Comissão e nas compras feitas pela FUNRESTRAN do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, um outro motivo me traz à Tribuna na tarde de hoje, para focalizar assunto já abordado aqui pelo Sr. Deputado Antonio Belinati. Prende-se à notícia divulgada pela revista "Veja". Revista, sob todos os aspectos respeitável, uma vez que estamos habituados a ler em suas páginas notícias da mais alta importância, retratando a realidade do que vai pelo Brasil, no setor econômico, cultural, financeiro e político.

Entretanto, acreditamos que quem enviou a "Veja" a notícia sobre o Paraná estampada na edição desta semana, o fez um pouco por acomodamento senão por má fé, tentando trazer ao Brasil o retrato de uma situação inverídica e irreal.

Trata-se da assinatura do Governador Parigot de Souza, em dois documentos encaminhados a esta Assembléia e sobre as quais a notícia já lida pelo Deputado Belinati lançou dúvidas a respeito de sua veracidade.

Ao ouvir o Deputado Belinati ler esta notícia, lembrei de um livro que tive oportunidade de percorrer há algum tempo atrás, "Os Mil Dias de Kennedy na Casa Branca" onde seu assessor fazia um relato do Governo do Grande Presidente Americano e citava algumas curiosidades pessoais a respeito de seu comportamento como Presidente da República. Uma dessas curiosidades dizia respeito, exatamente, à assinatura do Presidente Kennedy em alguns documentos asseverando, esse escritor e ex-assessor do Presidente Kennedy que a assinatura daquele estadista, após alguns meses à frente da Casa Branca, adquiriu, de certa forma, outro aspecto isso porque o volume de trabalho que tinha, às vezes que tinha que assinar fez com que a própria assinatura tomasse aspectos diversos.

Todo o homem de boa fé e que vê duas assinaturas da mesma pessoa, vendo ambas verazes e reais, pode notar alguma diferença. Isto é uma coisa que deve ter acontecido, quem sabe, com muitos dos Srs. Deputados. Quantos documentos e quantas assinaturas da mesma pessoa apresenta, às vezes, traços diferentes; quanta cealeuma jurídica nos Tribunais tem sido levantada a respeito de assinaturas.

Entretanto, este fato grave levantado pela Revista "Veja", encomendado por alguns com interesse de conturbar a vida política do Estado, é, realmente, grave porque levanta suspeita sobre homens de responsabilidade; não apenas sobre o Governador Parigot de Souza que, como todos sabem guarda o leito no Hospital Sta. Cruz de Curitiba — S. Exa. apesar de doente, apesar de acamado não tem descurado um momento sequer dos negócios do Estado do Paraná e acompanha "pari passu" aquilo que acontece em todos os setores da vida paranaense com sacrifício pessoal, com alto senso de responsabilidade. No cumprimento do dever tem despachado todos os assuntos importantes do Estado do Paraná. Ouvimos no Pequeno Expediente o eminente Deputado Armando Queiroz relatar à Casa uma solenidade de sanção, onde S.Exa. na presença do Presidente desta Assembléia, Deputado João

Mansur, na presença do Deputado Borsari Neto e de auxiliares diretos de seu Governo, após sua assinatura ao documento de autógrafa que encaminhava ao Poder Executivo o plano de lei votado por esta Casa a respeito da Lei Orgânica dos Municípios.

Portanto, não fosse a infantildade da notícia, não fosse a responsabilidade da Revista que trouxe ao conhecimento do povo esta notícia, não viria eu aqui para rebater aquilo que os homens bem intencionados sabem não corresponder a verdade. Invoco o testemunho desses colegas nossos que estiveram no Hospital ao lado do Professor Parigot de Souza que assistiram essa assinatura. Lamento apenas que a Revista "Veja", considerada como de grande responsabilidade como órgão de divulgação e de grande penetração no País, venha a lançar mais dúvidas, venha a tentar conturbar mais ainda o ambiente político que, todos nós desejamos, seja de tranquilidade e tenha seu desenrolar dentro das normas constitucionais e que, ao final, o grande vencedor seja o Estado do Paraná. Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constantes do Expediente. Necessitam de apoioamento. — Apoiados. — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do Expediente. — Necessita de apoioamento. — Apoiado — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 148-72, de autoria do Dep. Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão e Itapejara do Oeste. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F. — Aprovado

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32-73, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, que declara de Utilidade Pública, a "Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná" — FUPEF do Paraná, com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 207-72, de autoria do Dep. Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que partindo de Realeza passa pelo Município de Capitão Leonidas Marques e alcança o Distrito de Santa Tereza, no Município de Cascavel. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 25-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 15-73, encaminhando anteprojeto de lei solicitando autorização para alienar bens imóveis, equipamentos e instalações constantes da Usina Hidrelétrica de Marechal Mallet. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 80-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 46-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva fixar em Cr\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros), mensais os vencimentos dos Cargos em Comissão de Secretários de Estado, Chefes das Casas Civil e Militar do Gabinete do Governador e de Procurador Geral do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 116-71, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que estadualiza o Ginásio Cinecista de Santa Tereza, do Distrito do mesmo nome, Município de Cascavel. Parecer CONTRARIO da C.C.J. e pareceres favoráveis da C.I.P. e C.F., COM EMENDA SUBSTITUTIVA — Os Srs. Deputados que aprovam o parecer, queiram levantar-se. — Aprovado o Projeto.

#### PROJETO DE LEI N.º 116-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica estadualizado o Ginásio Cinecista de Santa Tereza, com sede no distrito de Santa Tereza, município de Cascavel.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1971.

a) Dep. Odilon Reinhardt



**JUSTIFICATIVA:**

Tendo em vista a circunstância de que localizado que é o referido ginásio, no distrito de Sta. Tereza, município de Cascavel, localidade com poucos recursos financeiros, acarreta aos alunos que o frequentam despesas que em muitas vezes não podem suportar, e ainda, por esta razão, muitos jovens, em idade escolar, deixam de matricular-se abandonando os estudos.

No entanto se houver a estadualização daquele estabelecimento de ensino, viria ocorrer o benefício da gratuidade, e em consequência, o número de alunos aumentaria, com novas oportunidades à mocidade daquela localidade.

Nestas condições, apresentamos o presente Projeto de Lei à consideração de nossos ilustres pares esperando se lhe dê o indispensável apoio, e, no final, a necessária aprovação.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA****PROJETO DE LEI N.º 116-71**

Autor: Dep. Odilon Reinhardt

Súmula: "Estadualiza o Ginásio Cinecista de Santa Tereza, com sede no Distrito de Santa Tereza, Município de Cascavel, na forma que especifica".

**PARECER**

1) — Na forma em que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno, vem a presente Proposição articulada e justificada.

2) — Na análise do referido Projeto, entendemos, "data venia", estar a iniciativa evitada de vício constitucional e legal, pois o que a mesma pretende é estadualizar um estabelecimento de ensino particular.

3) — Assim, pois, opinamos pela sua **REJEIÇÃO**.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1971

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

**Gilberto Carvalho** — Relator

**Arthur de Souza** — **Igo Losso** — **Sebastião Rodrigues e Muggiati Filho**

**COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA****PROJETO DE LEI N.º 116-71**

Autor: Dep. Odilon Reinhardt

Súmula: Estadualiza o Ginásio Cinecista, do Distrito de Santa Tereza, Município de Cascavel.

**PARECER**

1) — O Projeto de Lei em estudos nesta Comissão já recebeu Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, por vício de inconstitucionalidade.

2) — Entretanto, considerando-se a justificativa do mesmo e o alto interesse social que busca realizar, entendem deva o mesmo ser **APROVADO**, na forma da Emenda Substitutiva anexa.

Sala das Reuniões, em 9 de abril de 1973.

aa) **Antônio Lopes Júnior** — Presidente

**Olavo Ferreira** — Relator

**Alvaro Dias**

**COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA****PROJETO DE LEI N.º 116-71**

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI N.º 116-71

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Ginásio Cinecista de Santa Tereza, com sede no Distrito de Santa Tereza, Município de Cascavel.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, em 9 de abril de 1973.

aa) **Antônio Lopes Júnior** — Presidente

**Olavo Ferreira** — Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS****PROJETO DE LEI N.º 116-71**

Autor: Deputado Odilon Reinhardt

Súmula: Estadualiza o Ginásio Cinecista de Santa Tereza, no Município de Cascavel.

**PARECER**

I) — O Plano de lei objeto desta Comissão, recebeu parecer contrário na Constituição e Justiça e favorável na de Instrução Pública, sendo que nesta o mesmo recebeu uma emenda substitutiva.

II) — Estando o substitutivo com o caráter meramente autorizativo, não vemos qualquer óbice contrário à aprovação do mesmo na Comissão de Finanças, visto existir verba global no Orçamento Geral do Estado para aplicação no setor educacional.

Pela **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1973

aa) **Quiêlse Crisóstomo da Silva** — Presidente

**Alvaro Dias** — Relator

**João C. Fadel** — **Gilberto Carvalho**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 172-72, de autoria do Dep. Fabiano Braga Côrtes, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Musicoterapia do Paraná, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado**.

**PROJETO DE LEI N.º 172-72**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Musicoterapia do Paraná", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1972

a) Deputado **Fabiano Braga Côrtes**

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Musicoterapia do Paraná é uma entidade com personalidade jurídica, de fins não lucrativos, e tem como objetivos contidos em seu Estatuto: desenvolver através da Musicoterapia o tratamento, educação, treinamento e reabilitação de todos aqueles que necessitarem dessa Terapêutica.

Pelas suas nobres e meritórias finalidades, temos certeza de que este projeto haverá de merecer o apoio e a aprovação da Casa.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI N.º 172-72****PARECER**

1.) — O Projeto de Lei que examinamos nesta oportunidade, de autoria do ilustre Deputado Fabiano Braga Côrtes, visa declarar de Utilidade Pública a "Associação de Musicoterapia do Paraná", com sede e foro nesta Capital.

2.) — Verificando a documentação inclusa ao presente Projeto de Lei, constatamos que a referida entidade está devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, sob n.º 684, do Livro "A", de Pessoas Jurídicas; que está em efetivo funcionamento e serve desinteressadamente à coletividade; e que os cargos de sua diretoria não são remunerados.

3.) — Dado o exposto, não vemos qualquer impedimento tanto de ordem legal ou constitucional, na aprovação da matéria ora em exame nesta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de maio de 1973

a) **Antônio F.F. da Costa** — Presidente

**Erondy Silvério** — Relator

**Igo Losso** — **Ivo Thomazoni** — **Quiêlse C. da Silva** — **Paulo Camargo**

— **Ovidio Franzoni** — **Antônio Lopes Júnior** e **Sebastião Rodrigues**.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 14-73, de autoria do Dep. Quiêlse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), ao ex-expedicionário Teodoro Antunes. **Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado**.

**PROJETO DE LEI N.º 14-73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal, no valor de cem (Cr\$ 100,00), ao ex-expedicionário Teodoro Antunes.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1973

a) Deputado **Quiêlse Crisóstomo da Silva**

**JUSTIFICATIVA:**

O beneficiário da pensão que se pretende conceder com o presente plano de Lei, foi integrante da Força Expedicionária Brasileira que combateu na última grande guerra, e está atualmente enfrentando enormes dificuldades financeiras.

Reside a Rua D, Casa 1, na Vila Santo Inácio, Rodovia do Café, km. 2, onde poderá ser constatada a veracidade do exposto.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA****PROJETO DE LEI N.º 14-73**

Autor: Deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal, no valor de cem cruzeiros (Cr\$ 100,00), ao ex-expedicionário Teodoro Antunes.

**PARECER**

Pelo presente Projeto de Lei, propõe o nobre Deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva, autorizar o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal, no valor de cem cruzeiros, ao ex-expedicionário Teodoro Antunes.

Anexo ao Projeto, certificado da Força Expedicionária Brasileira, que comprova que o beneficiário serviu no Teatro de Operações da Itália, no período de 7 de dezembro de 1944 a 4 de setembro de 1945.

Assim, nada mais justo que se conceda a medida pleiteada e não havendo qualquer óbice, quer sob o aspecto legal, quer sob o aspecto constitucional que a esta Comissão cabe examinar, opino pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973

aa) **Antônio F.F. da Costa** — Presidente

**Ovidio Franzoni** — Relator

**Quiêlse Crisóstomo da Silva** — **Ivo Thomazoni** — **Antônio Lopes Júnior** e **Sebastião Rodrigues**

**COMISSÃO DE FINANÇAS****PROJETO DE LEI N.º 14-73**

De autoria do ilustre Deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva, tem por objetivo a proposição em exame, autorizar o Poder Executivo a conceder pensão mensal, no valor de cem cruzeiros (Cr\$ 100,00), ao ex-expedicionário Teodoro Antunes.

A justificativa declara que o beneficiário da pensão está passando dificuldades financeiras.

Por essa razão e, também, porque não há nenhum óbice de natureza financeira, somos, pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1973

aa) **Quiêlse Crisóstomo da Silva** — Presidente

**Gilberto Carvalho** — Relator

**Antônio Lopes Júnior** — **João Fadel**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 27-73, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que declara de Utilidade Pública, o "Instituto Cultural Filadélfia" da Cidade de Londrina. **Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado**.

**PROJETO DE LEI N.º 27-73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública, o "Instituto Filadélfia" de Londrina, com sede em Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 21 de março de 1973

a) Deputado **Olavo Ferreira**

**JUSTIFICATIVA:**

O Instituto Filadélfia de Londrina, é uma Associação de Ensino de caráter filantrópico. Trata-se de uma entidade educacional pioneira em Londrina, pois que a 25 anos vem prestando ao Município os mais relevantes



serviços neste setor. Diga-se ainda que a mesma vem sempre ampliando a sua área de atuação, acompanhando passo a passo o progresso do Município, proporcionando aos estudantes os mais variados cursos. Já foi declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal n.º 1663, sendo portanto medida justa e providencial que o Governo Estadual também conceda-lhe o Diploma legal nesse sentido. Para tanto solicitamos o apoio de nossos nobres Pares, para o Projeto que ora apresentamos.

#### COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA

##### PROJETO DE LEI N.º 27-73

Autor: Dep. Olavo Ferreira

Súmula: Declara de Utilidade Pública o Instituto Cultural Filadélfia da Cidade de Londrina

#### PARECER

1.) O projeto vem tramitando normalmente, tendo sido obedecidas, quando de sua apresentação, as normas atinentes.

2.) Havendo sido instruído com a necessária documentação e em se tratando de uma medida das mais justas, haja visto que o próprio Executivo Municipal de Londrina, concedeu à entidade em pauta a situação ora proposta, não vemos qualquer restrição que se lhe possa opor.

3.) Somos, em consequência, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1973

aa) Nelson Buffara — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Igo Losso — Antônio Lopes Júnior — Paulo Camargo — Ivo Thomazoni e Sebastião Rodrigues

#### COMISSAO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI N.º 27-73

Autor: Dep. Olavo Ferreira

Súmula: Declara de Utilidade Pública o "Instituto Cultural Filadélfia" da Cidade de Londrina.

#### PARECER

O Presente projeto de lei, não apresenta matéria financeira para ser analisada.

Tratando-se de entidade educacional e de caráter filantrópico, nada mais justo que a nossa aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1973

aa) Quiêlse Crisóstomo da Silva — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Alvaro Dias — Gilberto Carvalho

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 31-73, de autoria do Dep. Nelson Buffara, que declara de Utilidade Pública a Associação "Centro de Movimento Social de Bateias", com sede e foro no Distrito de Bateias, Município de Campo Largo. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

##### PROJETO DE LEI N.º 31-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação CMS — Centro de Movimento Social de Bateias, com sede e foro no Distrito de Bateias, Município de Campo Largo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) Deputado Nelson Buffara

#### JUSTIFICATIVA:

Como comprovam os documentos em anexo, a entidade que pretende ser declarada de Utilidade Pública, obedece todos os requisitos exigidos em lei para tanto.

#### COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA

##### PROJETO DE LEI N.º 31-73

#### PARECER

1.) Visa o ilustre Deputado Nelson Buffara, com o presente plano de lei, declarar de Utilidade Pública a Associação "Centro de Movimento Social de Bateias" — CMS, com sede e foro no Distrito de Bateias, Município de Campo Largo.

2.) A Lei Federal, que regula a declaração de Utilidade Pública, exige que, somente poderão ser declarada como tal, as sociedades civis, as associações e fundações, desde que comprovem: a) — que adquiriram personalidade jurídica; b) — que estão em efetivo funcionamento e servem desinteressadamente à coletividade e; c) — que os cargos de sua diretoria não são remunerados.

3.) Examinando o Estatuto da Associação "Centro de Movimento Social de Bateias", verificamos que aquela entidade preenche aos requisitos exigidos pela lei que regulamenta a matéria.

4.) Assim, sendo, não vemos qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional, razão pela qual somos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973

aa) Antônio F.F. da Costa — Presidente

Sebastião Rodrigues — Relator

Antônio Lopes Júnior — Ivo Thomazoni — Ovídio Franzoni e Quiêlse Crisóstomo

#### Comissão de Finanças

##### PROJETO DE LEI N.º 31-73

AUTOR: Deputado Nelson Buffara

SUMULA: declara de Utilidade Pública a Associação de Movimento Social de Bateias".

#### PARECER

O desiderato do Projeto de Lei ora em exame por esta Comissão, é declarar de Utilidade Pública a Associação "Centro de Movimento de Bateias".

Sob o aspecto legal e constitucional a Douta Comissão de Constituição e Justiça, na devida oportunidade, já opinou pelo acolhimento da medida.

Quanto ao aspecto financeiro que a esta Comissão cabe examinar, não

vemos qualquer impedimento que se lhe anteponha pelo que opinamos pela aprovação do Projeto

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1973

aa) Quiêlse Crisóstomo da Silva — Presidente

Alvaro Dias — Relator

João Fadel

Gilberto Carvalho

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 42-73, de autoria do Dep. Quiêlse C. da Silva, que declara de Utilidade Pública, o "Centro Social Santa Terezinha", com sede na cidade de Ampere. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

##### Projeto de Lei n.º 42-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "Centro Social Santa Terezinha", com sede na cidade de Ampere, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sa'a das Sessões, em

(a) Quiêlse Crisóstomo da Silva

Candido M.M. de Oliveira

#### JUSTIFICATIVA:

O "Centro Social Santa Terezinha", com sede na cidade de Ampere, preenche todos os requisitos exigidos por lei para ser declarado de utilidade pública. PPor esta razão, contamos com o apoio dos ilustres colegas para esta iniciativa.

#### Comissão de Constituição e Justiça

#### PARECER

##### AO PROJETO DE LEI N.º 42-73

1 — Visa o presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva, declarar de utilidade pública o "Centro Social Santa Terezinha", com sede e foro na cidade de Ampere.

2 — A referida entidade preenche aos requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, da nos manifestarmos favoravelmente a sua APROVAÇÃO, tanto no aspecto legal ou constitucional do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1973

as. ilegível — Presidente

Wilson Fortes

Relatores

1.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 34-73, de autoria do Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 101-73, que aprova o Convenio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Negócios da Saúde Pública e o Município da Lapa, para instalação de um aparelho de abregografia na Unidade Sanitária daquele Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P. EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.

#### Comissão de Constituição e Justiça

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 34-73

Art. 1.º — Fica aprovado, em todos os seus termos, o convenio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e o Município da Lapa, para instalação de um aparelho de abregografia na Unidade Sanitária deste Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

as. ilegível — Presidente

ilegível — Relator

#### Comissão de Constituição e Justiça

##### PARECER A PROPOSIÇÃO N.º 101-73

I) — O Poder Executivo, através da Mensagem 26-73, encaminhada à Assembléia e cópia autêntica do Convenio firmado Entre o Governo do Estado do Paraná e o município da Lapa, cujo objetivo principal é instalar na Unidade Sanitária local, um aparelho de abregografia.

II) — Do ponto de vista legal, nenhum impedimento existe que se antepor ao Projeto, pois trata-se apenas de "referendum" desta Assembléia para aprovar o referido Convenio, conforme está disposto no art. 22, item VII da Constituição Estadual.

III) — Assim sendo somos de parecer favorável à aprovação desta Proposição nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 9.5.73.

as. ilegível — Presidente

ilegível — Relator

#### Comissão de Finanças

#### SUMULA

"Projeto de Resolução n.º 34-73 — Ex-proposição n.º 101-73 — Aprova o convenio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e o Município da Lapa, para instalação de um aparelho de abregografia na Unidade Sanitária daquele Município — Mensagem Governamental n.º 26-73".

#### PARECER

1. Trata os Autos de Projeto de Resolução n.º 34-73 — ex-Proposição n.º 101-73, que aprova o convenio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e o Município da Lapa, para instalação de um aparelho de abregografia na Unidade Sanitária daquele Município, conforme cópia encaminhada através de Mensagem Governamental n.º 26-73.

2. Respalçado pelo permissivo constitucional que defere ao Poder Executivo a iniciativa de firmar acordos e celebrar convenios e sendo relevante e interesse público do convenio cuja aprovação se pretende através do Projeto de Resolução 34-73, eis que a instalação de aparelho de abregografia na Unidade Sanitária da Lapa trará alto benefício à população daquele Município, esta Comissão de Finanças não vê como deixar de aprovar a matéria dos Autos.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 1973.

Deputado JOÃO C. FADEL — Relator

as. ilegível — Presidente



## Comissão de Saúde Pública

Projeto de Resolução n.º 34-73 — Mensagem n.º 26-73 Súmula: — Ex-Proposição n.º 101-73 — Aprova convenio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e o Município da Lapa, para instalação de um aparelho de abreugrafia na Unidade Sanitária daquele Município.

## PARECER

Com o presente convenio, pretende o Poder Executivo instalar na Unidade Sanitária do Município da Lapa através da Secretaria de Saúde Pública, um Dispensário anti-tuberculose e respectivo aparelho de Abreugrafia, comprometendo-se também, a fornecer pessoal necessário, material de expediente e medicamentos quimioterápicos para tratamento específico, enfim, equipar o referido Dispensário tendo em vista seu perfeito funcionamento.

Medidas deste jaez levando a medicina preventiva e respectivo tratamento para a população interiorana de nosso Estado, só podem receber aplausos e encômios desta Comissão de Saúde Pública, pois demonstram, que o Poder Público está atento no campo da saúde em levar os benefícios da Tecnologia Médico-Sanitária moderna à população de nossos municípios que em última análise serão os grandes Beneficiados.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 6 de junho de 1973.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

## MENSAGEM N. 26-73

Curitiba, 22 de março de 1973

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convenio celebrado em 5 de janeiro de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e o Município da Lapa, objetivando a instalação de um aparelho de abreugrafia na Unidade Sanitária local.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembleia Legislativa no exercício do cargo de Governador

Excelentíssimo Senhor

Deputado Oswaldo Santos Lima

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N-Capital

Convenio que entre si fazem, Secretaria de Saúde Pública do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal da Lapa, para instalação de um aparelho de abreugrafia na unidade sanitária local.

Aos 5 (cinco) dias, do mês de janeiro, do ano de 1973 (um mil novecentos e setenta e três), presentes no Gabinete do Secretário de Saúde Pública do Estado do Paraná, de um lado o Sr. Dr. Ivan B. Foutoura, Titular desta Pasta e do outro o Dr. Sérgio Augusto Leone, Prefeito Municipal da Lapa, autorizado pela Lei Municipal n.º 538 de 12 de dezembro de 1972, tendo em vista a autorização Governamental, exarada sob Protocolo n.º 29141, de 21 de dezembro, de 1972, do Palácio do Governo publicado no Diário Oficial do Estado n.º 243 de 19 de fevereiro de 1973, foi por ambos assinado o presente Convenio, dando por aceitas as Cláusulas abaixo discriminadas:

**CLAUSULA PRIMEIRA:** — A Prefeitura Municipal da Lapa, adaptará o prédio de propriedade do Estado, onde funciona a Unidade Sanitária local, construído em alvenaria de tijolos, sito a rua Marechal Floriano Peixoto, s/n.º, na cidade da Lapa, com os requisitos essenciais indicados pelo órgão competente da Secretaria de Saúde, onde será instalado o Dispensário anti-tuberculose e o aparelho de abreugrafia de 70 (setenta) milímetros.

**CLAUSULA SEGUNDA:** As despesas de adaptação do prédio, montagem instalação do aparelho, a que se refere a Cláusula anterior, bem como a extensão da rede externa de energia elétrica, a Unidade Sanitária, serão cobertas pela dotação própria da Prefeitura Municipal da Lapa, através de crédito adicional especial, até a importância de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros).

**CLAUSULA TERCEIRA:** — A Secretaria de Saúde se compromete a fornecer o pessoal necessário, equipar o Dispensário, para o perfeito funcionamento, e ainda fornecer material de expediente, além de filmes material de revelação e fixação, manutenção do aparelho, medicamentos quimioterápicos para tratamento específico e pagar as contas de energia elétrica, e outras despesas decorrentes da manutenção do Dispensário.

E por estarem acordos, vai o presente Convenio assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

DR. IVAN B. FONTOURA

Secretário de Saúde Pública

SR. SERGIO AUGUSTO LEONE

Prefeito Municipal da Lapa

as. ilegível

Testemunha

as. ilegível

Testemunha

1.ª Discussão — do Projeto de Resolução n.º 35-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 103-73, que aprova Convenio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Negócios da Saúde Pública e o Município da Lapa, para realização de Serviço Médico Integrado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P., EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.

## Comissão de Constituição e Justiça

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 35-73

Art. 1.º — Fica aprovado, em todos os seus termos o Convenio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e o Município da Lapa, para realização de um serviço médico integrado.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 9.5.73

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

## Comissão de Constituição e Justiça

## PARECER à Proposição n.º 103-73

I) — A Proposição em pauta, oriunda da Mensagem Governamental de

n.º 28-73, refere-se ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e o Município da Lapa, cujo objetivo principal é a realização de serviço médico integrado.

II) — Cumprindo dispositivo constitucional, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado encaminhou referido Convênio à Assembleia Legislativa, a fim de que o mesmo recebesse o “ad referendum” necessário.

III) — Do ponto de vista legal e constitucional, nenhum impedimento existe, permitindo assim que esta Proposição seja aprovada, nos termos do Projeto de Resolução em anexo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 9.5.72

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

## Comissão de Finanças

## SUMULA

“Projeto de Resolução n.º 35-73 — Ex-Proposição n.º 103-73 — Mensagem Governamental n.º 28-73 — encaminha cópia do convenio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Saúde Pública e o Município da Lapa, objetivando a realização de serviço médico integrado”.

## PARECER

1. Tratam os Autos do Projeto de Resolução n.º 35-73 — ex-proposição n.º 103-73, que aprova o convenio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Saúde Pública e o Município da Lapa, objetivando a realização de serviço médico integrado, conforme cópia encaminhada através de Mensagem Governamental n.º 28-73.

2. Evidenciado desde logo o interesse público de que se reveste a aprovação, pela Colenda Assembleia Legislativa, do Projeto de Resolução 35-73, que aprova o supra especificado convenio, eis que de sua execução resultará altamente benéfica à população do município da Lapa no prioritário campo da saúde pública e, respaldada a iniciativa governamental pelo permissivo constitucional que defere ao Poder Executivo a faculdade de firmar acordos e celebrar convenios e, finalmente estando o convenio em testilha correta em seu aspecto formal, não há como negar-se aprovação à matéria dos Autos.

Pela aprovação, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1973.

Deputado JOÃO C. FADEL — Relator

as. ilegível — Presidente

## Comissão de Saúde Pública

Projeto de Resolução n.º 35-73 — Mensagem n.º 28-73. Súmula: Ex-Proposição n.º 103-73 — Aprova convenio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e o Município da Lapa, objetivando a realização de serviço médico integrado.

## PARECER

A aprovação do presente Convênio, é evidenciado pelo grande interesse público de que o mesmo se reveste, sua execução, trará benefícios altamente meritorios, pois um serviço médico integrado Estado — Município, carregará não só para a população do referido município como para o próprio Estado, grandes benefícios no campo da Saúde e dando prioridade no atendimento médico-sanitário e estas populações, o Poder Público estará cumprindo com suas determinações no que diz respeito à saúde Pública. Pela aprovação é o nosso Parecer.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

## MENSAGEM N. 28-73

Curitiba, 22 de março de 1973.

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convenio celebrado em 5 de janeiro de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e o Município da Lapa, objetivando a realização de serviço médico integrado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembleia Legislativa no exercício do cargo de governador

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado OSWALDO SANTOS LIMA

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N-Capital.

Convenio que entre si fazem o Fundo de Saúde da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná e a Prefeitura Municipal da Lapa, para realização de um Serviço Médico Integrado.

Aos 5 (cinco) dias do mês de janeiro, do ano de 1973 (um mil novecentos e setenta e três), presentes no Gabinete do Secretário de Saúde Pública do Estado do Paraná de um lado o Dr. Ivan B. Foutoura, Titular da Pasta da Saúde e Presidente do Conselho Diretor do Fundo de Saúde e o Dr. Sérgio Augusto Leone, Prefeito Municipal da Lapa, o primeiro devidamente autorizado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, autorização exarada sob Protocolo n.º 29139 de 21 de dezembro de 1.972, do Palácio do Governo, publicado no Diário Oficial do Estado sob n.º 243 de 19 de fevereiro de 1973, e o segundo pela Lei Municipal n.º 537 de 12 de dezembro de 1972, foi por ambos assinado o presente Convenio, e aceitas as Cláusulas abaixo discriminadas:

**CLAUSULA PRIMEIRA:** — A Prefeitura Municipal, da Lapa, destinará ao Fundo de Saúde, da Secretaria de Saúde Pública do Estado do Paraná, recursos orçamentários destinados aos serviços de Saúde, consignado em seu orçamento, de uma só vez, ou em duodécimos, até a importância de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) cada vez, obrigando-se este último a fornecer à Prefeitura Municipal, um recibo correspondente ao valor recebido.

**CLAUSULA SEGUNDA:** — Em retribuição, o Fundo de Saúde, empregará o valor da destinação em recursos de Saúde no município da Lapa, ou entregará a Unidade Sanitária local, em até 30 (trinta) dias, após o recebimento, o equivalente em medicamento da linha de fabricação do Laboratório Químico Farmacêutico da Secretaria de Saúde Pública, encaminhando à Prefeitura Municipal uma relação do medicamento fornecido.

**CLAUSULA TERCEIRA:** — O não cumprimento das Cláusulas constantes do presente Convenio implicará em denúncia e consequente rescisão.



CLÁUSULA QUARTA: O presente Convênio terá a duração de 3 (três) anos a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado, se as partes convenientes assim entenderem.

E por estarem acordos, vai o presente Convênio assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

DR. IVAN B. FONTOURA  
Secretário de Saúde Pública  
DR. SERGIO AUGUSTO LEONE  
Prefeito Municipal da Lapa

as. ilegível  
Testemunha  
as. ilegível  
Testemunha

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o Requerimento. Vai se proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

1.a Discussão do Projeto de Resolução n.º 35-73. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando abono de falta pelo não comparecimento à Sessão do dia 14 do corrente mês. — Ao Sr. 1.º Secretário para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Ovídio Franzoni, Fuad Nacli, Paulo Camargo e Luiz Roberto Soares, para comporem pela Aliança Renovadora Nacional, a Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, aprovado em Sessão do dia 14 do corrente, destinada a examinar o posicionamento jurídico-administrativo do Detran. — A Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, indicando o nome do Sr. Deputado Iris Caldart, para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar possíveis irregularidades no Detran. — A Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando a suspensão da Sessão Plenária do próximo dia 22, sexta-feira, para que o expediente seja dedicado aos trabalhos das Comissões Técnicas da Casa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Gebram Sabbag. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo à União Paranaense de Estudantes Secundários, que em data de ontem completou 28 anos de relevantes serviços. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final ao Projeto de Lei n.º 36-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final ao Projeto de Resolução n.º 45-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência e inclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão, dos Projetos de Lei n.ºs. 83-73 e 70-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 58-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, devidamente apoiado, lido da Tribuna, solicitando voto de congratulações e regozijo ao Sr. Presidente Emílio Garrastazu Médici, pela indicação do Sr. General Ernesto Geisel, para sua sucessão. — **Em discussão.**

O SR. MAURÍCIO FRUET — (Pela Ordem) Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a próxima Sessão Ordinária, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da Telepar, no sentido de que seja procedida a extensão de linha telefônica de Salto Osório ao Município de São Jorge do Oeste. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, bem como aos Srs. Senadores Ney Braga, João de Mattos Leão e Francisco Rodrigues Acioly da Costa Filho, no sentido de que hajam por bem promover gestões visando a conversão em Lei, do Projeto de Lei n.º 92-68, da Câmara dos Deputados. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, visando providências com referência a reabertura do Posto daquela Secretaria na cidade de São Jorge do Oeste. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicílio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário da Fazenda, no sentido de que sejam abonadas as multas referentes aos meses de fevereiro e maio relativas ao atraso das guias de informação e apuração do Imposto de Circulação e Mercadorias. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo aos Srs. Ministros da Fazenda, Agricultura e Planejamento, pela recente designação para a Presidência da Cibrazem do jovem economista paranaense, Dr. Ruy Neves Ribas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando a dispensa de Pauta e consequente inclusão na Ordem do Dia de amanhã, do Projeto de Lei n.º 1-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo à Câmara Teuto-Brasileira de Comércio e Indústria, em Curitiba, pelo transcurso do 50.º aniversário de fundação. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Solene para amanhã, dia 20, quarta-feira, para comemorar o Centenário de nascimento do grande brasileiro Santos Dumont, e outra Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 25, à Hora Regi-

mental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs. 13, 14 e 23-73 e do Projeto de Lei n.º 36-73.

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 207-72, 25-73 e 80-73.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 116-71 — 172-72 — 14-73 — 27-73 — 31-73 e 42-73.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 1-73 — 7-73 — 10-73 — 70-73 e 83-73.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 143/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.325, de 16 de maio de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder a MARIA DO ROCIO MEDEIROS WITOSLAWSKI, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias referentes ao ano de 1972, a partir de 16 de maio de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de maio de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 144/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.288, de 15 de maio de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder a GIOACCHINO SUGAMOSTO funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia quinze (15) dias de férias referentes ao ano de 1972, a partir de 21 de maio de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de maio de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 145/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.462, de 18 de maio de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

designar o funcionário RUBERVAL FIGUEIREDO, ora à disposição desta Assembléia Legislativa, para exercer as funções de Motorista do Departamento Administrativo, a partir de 1.º de março de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de maio de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 146/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

lotar no Serviço de Assistência Judiciária, LUIZ LOSSO e RUBEM MURILO LEO REGO, ambos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de maio de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 147/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.278, de 15 de maio de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

designar HILDA GUIOMAR ARGUELLO, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviços na Comissão de Obras do Plenário, a partir de 15 de maio de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de maio de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 148/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.045, de 10 de maio de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

designar RITA CELESTINO SOARES, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para secretariar a Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar Possíveis Irregularidades na Junta Comercial do Paraná.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de maio de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 149/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.330, de 16 de maio de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

lotar SEBASTIAO JOSÉ DE FARIA, ora à disposição desta Assembléia Legislativa, para prestar serviços, nos dois expedientes, no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Paulo Camargo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de maio de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 150/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.890, de 11 de abril de 1973, deste Poder,

lotar VALDOMIRA DEMETERCO PEREIRA, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento Administrativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de maio de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 151/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.505, de 21 de maio de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

designar para comporem grupo de trabalho destinado a elaborar as propostas Orçamentárias anuais, para o exercício financeiro de 1974 e do Orça-



mento Plurianual de Investimentos para os exercícios financeiros de 1974, 1975 e 1976, os seguintes funcionários: RONALDO BAPTISTA — Diretor do DFCEP; AIMORÉ OD ROCHA — Contador Geral; LUCIANO LACERDA FILHO — Tesoureiro Geral; WILLIAMS ROLANDO ROMANZINI — Tesoureiro Auxiliar; LUIZ RÜPPEL BITTENCOURT — Tesoureiro Auxiliar; BLUMER BOSQUILIA — Chefe da Divisão de Pessoal; JOSÉ PAULO ORTH — Chefe da Divisão de Contabilidade; JOSÉ DE ARIMATHÉA CLETO — Chefe da Divisão de Tesouraria e Pagadoria; NELSON SILVIO SALLES — Chefe da Seção de Folhas de Pagamento e Controle Financeiro; JUAREZ DE QUADROS GONÇALVES — Chefe da Seção de Orçamento, Empenhos e Requisições; ALMIR SANTOS — Chefe da Seção de Contas; ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN — Assessor da 1.ª Secretaria; ZENO PACIORNIK — Comissão Planejamento de Compras e Tomada de Preços; FRANCISCO DRANKA — Comissão de Planejamento de Compras e Tomada de Preços e ANTONIO GULBINO — Portaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de maio de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 152/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob os n.ºs. 4.396-73 de 17 de maio de 1973 e 4.703-73, de 23 de maio de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

I — instaurar, na conformidade do disposto pelos Artigos 314 e 315, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Processo Administrativo, para apurar responsabilidades do funcionário da Secretaria desta Assembléia Legislativa ALMIR MONTEIRO, face às acusações e irregularidades que lhe são imputadas na documentação anexa aos protocolados sob os n.ºs. 4.396-73 de 17 de maio de 1973 e 4.703-73 de 23 de maio de 1973, deste Poder, e oriundos do Banco do Estado do Paraná S. A. e da Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública respectivamente; e,

II — designar os funcionários MANOEL FERNANDES MAIA JUNIOR; DURVAL DAROS e PEDRO ALVARES DOS SANTOS, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito instituída no item anterior.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de maio de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 156/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.481, de 18 de maio de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

lotar LUIZ ALBERTO SOFFIATI CASSAL, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Serviço de Assistência Social, a partir de 21 de maio de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de junho de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 157/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.029, de 31 de maio de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a NEVINHA PIAZZA CARDOSO, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias relativas ao ano de 1973, a partir de 04 de junho de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de junho de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 158/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.119-73, de 04 de junho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

designar os funcionários estáveis JOÃO DEDEUS FREITAS NETTO, UDO RENATO BUSCHLE e JAIR CORDEIRO FERREIRA ALVES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA do mesmo Departamento e CHEFE DA DIVISÃO DE IMPRENSA LEGISLATIVA deste Poder, respectivamente, para, sob a Presidência do primeiro, constituírem Comissão Especial que deverá emitir parecer técnico no processo de concorrência pública desta Casa, protocolado sob o n.º 3273-73.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de junho de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 159/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

lotar o funcionário AGOSTINHO MACEDO FRANCO DA COSTA, ora à disposição desta Assembléia Legislativa, no Gabinete da 2.ª Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 6 de junho de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 160/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.181, de 05 de junho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a LAURO ALCANTARA MARTINS, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias relativas ao ano de 1972, a partir de 1.º de junho de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de junho de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 161/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.350, de 07 de junho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a GIOACHINO SUGAMOSTO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 11 de junho de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de junho de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 162/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.367, de 08 de junho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a MIGUEL JORGE NASSAR NETTO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1973, a partir de 04 de junho de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de junho de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 163/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.411, de 17 de maio de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

designar a funcionária CARMEN SALETE DAS GRAÇAS PEGORARO, ora à disposição desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Francisco Borsari Neto, a partir de 26 de março de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de junho de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 164/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.352, de 07 de junho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

designar RUI RIBAS DE OLIVEIRA funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Osvaldo dos Santos Lima.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de junho de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 165/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo sob o n.º 5.437, de 11 de junho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a ARACY ZECK, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao ano de 1972, a partir de 18 de junho de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de junho de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 166/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.536, de 12 de junho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a CLEMETILDE DELFINA BORTOLON, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 11 de junho de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de junho de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 167/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.443, de 11 de junho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a LADY CUNHA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1973, a partir de 13 de junho de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de junho de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 168/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.245, de 06 de junho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

designar MYRTHES MAGDA GOMES, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Fuad Nacli.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de junho de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 169/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.691, de 14 de junho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

suspender por dez (10) dias, JOSÉ CARLOS JANJÃO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, de acordo com o Art. 293, Inciso III, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, por reincidência genérica em infringências às disposições estatutárias e violação às proibições contidas nos Incisos XIV e XV do Art. 285, da citada Lei, a partir da data de assinatura desta Portaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de junho de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 170/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.220, de 15 de junho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

lotar LEONEL MAYER, ora à disposição desta Assembléia Legislativa, no Serviço de Assistência Social.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de junho de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 171/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do



Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.949, de 30 de maio de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

designar IVETE DORES RUIZ RAMIN, ora à disposição desta Assembleia Legislativa, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo. Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de junho de 1973.  
a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

**PORTARIA N.º 172/73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.717, de 15 de junho de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder a ROSARIA DE LIMA AZEVEDO, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de férias relativas ao exercício de 1973, a partir de 18 de junho de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de junho de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

**PORTARIA N.º 173/73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.695, de 14 de junho de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder a MARCOS GARICA COSTA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de férias referentes ao ano de 1973, a partir de 15 de junho de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de junho de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

**ATAS DAS COMISSÕES:**

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA  
Ata da 12.ª Reunião Ordinária**

Aos doze dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e três na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a presidência do deputado Iris Caldart. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Basílio Zanusso, apresentou redação final aos seguintes processos: **PROJETO DE LEI N.º 56-72** — de autoria do deputado Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo a conceder ao inválido Aloar Rodrigues de Melo, uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), e dá outras providências. **PROJETO DE LEI N.º 155-72** — de autoria do deputado João Fadel, que dá nova redação ao parágrafo 1.º do artigo 1.º, da Lei n.º 6.296, de 7-7-72. **PROJETO DE LEI N.º 3-73** — de autoria do deputado Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Serviço de Obras Sociais da cidade de Sertãoópolis, o imóvel que especifica. **PROJETO DE LEI N.º 6-73** — de autoria do deputado Maurício Fruct, que declara de utilidade pública a Caixa Beneficente dos Funcionários Municipais de Curitiba — CABEFUMC. **PROJETO DE LEI N.º 17-73** — de autoria do deputado Borsari Netto, que declara de utilidade pública o Instituto Paranaense de Engenharia Legal e Avaliações — IPELA, com sede e foro nesta Capital. **PROJETO DE LEI N.º 22-73** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 17-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alienar à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, a quadra de terreno sob o n.º 11, do loteamento Vila Iguaçu, em Cascavel, para finalidades que especifica. **PROJETO DE LEI N.º 28-73** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 23-73, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade do Registro de Estabelecimentos de Hospedagem, no órgão competente da Polícia Civil do Estado do Paraná. **PROJETO DE LEI N.º 56-73** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 35-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação da letra h, do inciso III, do artigo 3.º, da Lei n.º 6.316, de 20-9-73. **PROJETO DE LEI N.º 59-73** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 44-73, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o Código de Vencimentos dos Integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 12-73** — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Expropiação n.º 100-73, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através a Secretaria de Segurança Pública, e a Companhia de Urbanização de Curitiba — URBS, com a finalidade de implantar sistema de segurança civil — militar na área e dependências da Estação Rodoferroviária de Curitiba. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 26-73** — Expropiação n.º 75-73, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública, e a Central de Medicamento, Órgão da Presidência da República, objetivando a fabricação de produtos farmacêuticos. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 27-73** — Expropiação n.º 81-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos, Órgão da Presidência da República, objetivando incrementar a assistência farmacêutica gratuita em Municípios Paranaenses. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 36-73** — Expropiação n.º 112-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova acordo n.º 2-73, celebrado entre o Estado do Paraná, e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização do 1.º Curso Nacional sobre Conservação de Solos, organizado pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento Integrado de Águas e Terras — CIDIAT. — **AFROVADAS**. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélcio Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente  
Lélcio G. Sotto-Maior — Secretário

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 96-72**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ao inválido Aloar Rodrigues de Melo, uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

Art. 2.º — A despesa com a execução da presente Ata, correrá à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-6-73.

(aa) Iris Caldart — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Antônio Lopes Jr. — Relator

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 155-72**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, contados de 10 de setembro do corrente ano, o prazo previsto no § 1.º, do artigo 1.º, da Lei n.º 6.296, de 7 de julho de 1972, que dispõe sobre a concessão de anistia condicional das multas e acréscimos relativamente a créditos tributários anteriores a 1.º de janeiro de 1972.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-6-73.

(aa) Iris Caldart — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Antônio Lopes Jr. — Relator

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 3-73**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Serviço de Obras Sociais (S.O.S.), de Sertãoópolis, o imóvel de propriedade do Estado, constituído por uma área com 1.584 m<sup>2</sup>, constante de parte do lote n.º 24, da linha suburbana da cidade, medindo 36,00 metros de frente para a rua Santa Catarina e 44,00 metros da frente aos fundos, contendo um prédio em alvenaria de tijolos, em construção e demais benfeitorias que se destinavam ao Lar das Crianças.

Parágrafo único — A escritura de doação deverá conter cláusulas de impenhorabilidade e de inalienabilidade.

Art. 2.º — O imóvel a que se refere o artigo anterior deverá ser utilizado pelo Serviço de Obras Sociais (S.O.S.) para a instalação da sede e departamentos de sua organização, nos termos do Estado e Regimentos respectivos.

Art. 3.º — O Serviço de Obras Sociais (S.O.S.) deverá concluir o pavilhão do extinto Lar das Crianças, no prazo máximo de 5 (cinco) anos, sob pena de reversão do imóvel doado ao patrimônio do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-6-73.

(aa) Iris Caldart — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Antônio Lopes Jr. — Relator

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 6-73**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública a "Caixa Beneficente dos Funcionários Municipais de Curitiba" — CABENFUMC.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-6-73.

(aa) Iris Caldart — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Antônio Lopes Jr. — Relator

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 17-73**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Instituto Paranaense de Engenharia Legal e Avaliações "IPELA", com sede e foro em Curitiba-Pr.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-6-73.

(aa) Iris Caldart — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Antônio Lopes Jr. — Relator

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 22-73**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, a quadra de terreno sob n.º II, do loteamento Vila Iguaçu, na cidade de Cascavel, neste Estado, quadra essa compreendida pelas ruas Vitória, Carlos Gomes, Joaquim Távora e por uma rua sem denominação, havida pelo Estado do Paraná por força da transcrição n.º 20.038, às fls. I, do Livro 3-Am, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel.

Art. 2.º — A alienação de que trata a presente lei far-se-á por valor não inferior estabelecido pelo Conselho Administrativo do Departamento de Edificações e Obras Especiais, através da Deliberação n.º 91-72, de 9 de junho de 1972, integrante do protocolado n.º 11.397-72-PG e 3.193-72-SVOP.

Art. 3.º — O valor resultante da alienação autorizada por esta Lei será aplicada na construção da sede da Residência do DEOE, em Cascavel.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-6-73.

(aa) Iris Caldart — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Antônio Lopes Jr. — Relator

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 38-73**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

**DO LICENCIAMENTO**

Art. 1.º — Os proprietários ou responsáveis pelos estabelecimentos de hospedagem, a qualquer título, ficam obrigados ao registro de suas casas perante o órgão competente da Polícia Civil do Paraná.

Parágrafo único. Na Capital, o registro será efetuado na Delegacia de



Ordem Política e Social, após despacho final do titular da Diretoria da Polícia Civil, o qual também assinará o respectivo alvará de funcionamento.

Art. 2.º — O requerimento do registro será instruído com os seguintes documentos:

- I — Prova de registro na Junta Comercial do Estado do Paraná;
- II — Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda;
- III — Vistoria favorável da autoridade sanitária estadual;
- IV — Atestados negativos de antecedentes criminais e político-ideológicos do proprietário ou responsável pelo estabelecimento;
- V — Certidão Negativa Estadual e Municipal de débitos fiscais;
- VI — Prova de permanência legal no país, quando o proprietário ou responsável for estrangeiro.

Art. 3.º — O Alvará de funcionamento, se concedido, terá validade de 1 (um) ano, nele figurando o número de ordem, o nome do estabelecimento, dos proprietários e responsáveis, tipo e nomenclatura do estabelecimento outros dados a critério da autoridade concedente.

Art. 4.º — O pedido de renovação do registro anual deverá dar entrada na repartição policial competente até o dia 28 de fevereiro de cada ano e será instruído com os documentos mencionados nos itens III, IV e V do art. 2.º.

Art. 5.º — A transferência de propriedade e a mudança de nome ou de espécie dependerá de Alvará da autoridade policial competente.

Art. 6.º — Nos casos de alienação do estabelecimento, o novo proprietário ou responsável, mediante prova da aquisição, deverá requerer à autoridade policial competente a transferência do registro, satisfazendo todas as exigências desta Lei, providenciando-se a baixa do registro anterior.

Art. 7.º — O estabelecimento de hospedagem somente poderá transferir-se do prédio mediante prévio requerimento à autoridade policial e satisfeitas as exigências das vistorias de segurança e saúde.

Art. 8.º — Se o estabelecimento teve seu registro cassado, quando sob a responsabilidade do proprietário anterior, o recém adquirente deverá comprovar a propriedade ou locação do respectivo prédio, só podendo requerer o registro na forma do artigo 2.º, depois de decorridos 6 (seis) meses da data da cassação do registro anterior.

Art. 9.º — Não será licenciado estabelecimento cujo proprietário ou responsável estiver respondendo a processo por crime contra os costumes, a saúde, a incolumidade pública ou o patrimônio ou, ainda, por contravenção de jogo proibido, assim como não será licenciado o estabelecimento pertencente a sociedade de que faça parte, sob qualquer forma, inclusive por interposta pessoa, o condenado ou processado nas mesmas condições.

Art. 10.º — Os estabelecimentos de hospedagem não poderão, em nenhuma hipótese, funcionar sem o registro de que trata o artigo 1.º, sob pena de sujeitar-se, o infrator, às penalidades previstas nesta Lei, além das sanções de ordem penal.

Art. 11.º — Não serão concedidas autorizações provisórias para o funcionamento de estabelecimentos de hospedagem.

#### DA VISTORIA POLICIAL

Art. 12.º — A concessão do Alvará, permissivo de funcionamento, será procedida de vistoria no prédio, nas instalações e dependências, de forma a examinar e aprovar as condições de segurança exigíveis no caso de incêndio, pânico e desabamento, verificando, ainda, se forem satisfeitas as demais exigências técnicas estatuidas em leis ou regulamentos.

Art. 13.º — A vistoria será procedida por uma Comissão de 3 (três) membros, inclusive a autoridade policial concedente que a nomeará e a presidirá, nela constando, um engenheiro civil e, sempre que possível, 1 (um) elemento especializado do Corpo de Bombeiros.

Art. 14.º — No interior, poderão ser delegadas às autoridades policiais o procedimento da vistoria em cujos estabelecimentos estejam nas respectivas jurisdições.

Art. 15.º — A vistoria será válida pelo período de 1 (um) ano ou até que qualquer alteração estrutural ou interna vier a ser procedida no estabelecimento.

#### DA FISCALIZAÇÃO

Art. 16.º — O pretendente à hospedagem somente poderá ocupar os aposentos que lhe for designado, depois de preencher, com clareza e sem vícios a ficha de registro destinada ao controle de entrada e saída de hóspedes ou de moradores.

Art. 17.º — Se o hóspede não souber ou não puder escrever, o encarregado da recepção preencherá a ficha, anotando tal circunstância.

Art. 18.º — Somente com autorização expressa da autoridade policial poderá-se admitir hóspedes sem documentação de identidade, devendo, essa situação, ser anotada na ficha, quando não houver apresentante que se responsabilize pela identidade do apresentado.

Art. 19.º — As fichas referidas neste artigo, preenchidas em duplicatas, serão encaminhadas à Delegacia de Polícia competente (1.ª via), nas 24 (vinte e quatro) horas seguintes à entrada ou a saída de hóspedes, onde ficarão arquivadas pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos.

Art. 20.º — As fichas de que trata o artigo 16 obedecerão a modelo especial estabelecido pela Secretaria de Segurança Pública.

Art. 21.º — As fichas serão emitidas, exclusivamente pela FUNRESPOI e ao custo de 0,3% do salário mínimo vigente na Capital do Estado, sendo despesadas as frações de Cr\$ 0,50.

Parágrafo único — Constitue irregularidade funcional passível de demissão de serviço público, a confecção, distribuição e exploração das fichas em desacordo com esta Lei.

Art. 22.º — Nas fichas referidas nesta Lei deverão constar obrigatoriamente os seguintes dados: — nome completo do hóspede, nacionalidade, idade, dia e hora, entrada e da saída, procedência, residência, atividade profissional, assinatura e anotação do documento de identidade e na falta deste último, os mesmos dados e assinatura de seu apresentante, bem como a designação do número do quarto ou apartamento a ser ocupado.

#### DOS MENORES

Art. 23.º — Se o pretendente a hospedagem estiver acompanhado de menor de 18 anos completos, deverá comprovar que é o seu responsável legal ou, não sendo, exibir autorização especial do responsável (pai, mãe tutor) ou de juiz competente.

Art. 24.º — Na ausência de comprovação ou de autorização ou em caso de dúvida, poderão ser aceitos o pretendente e seu acompanhante se o hospedeiro se responsabilizar por suas declarações e identidade.

Art. 25.º — Não desejando assumir essa responsabilidade, o hospedeiro deverá encaminhar o pretendente à autoridade policial distrital que autorizará a hospedagem, se considerar satisfatórias as razões apresentadas.

Art. 26.º — Se o pretendente a hospedagem estiver acompanhado de menor com idade entre 18 anos completos e 21 incompletos, não emancipado, deverá declarar que se responsabiliza pela hospedagem deste.

Art. 27.º — Não cabe ao hospedeiro obrigação de investigar o estado civil ou a intenção dos casais ou pares que procuram hospedagem mas é de sua responsabilidade tomar providências a fim de evitar o favorecimento da prostituição, da corrupção de menores, de atentados públicos ao pudor ou da perturbação da ordem e tranquilidades públicas.

#### DAS INFRAÇÕES E DAS PENAS

Art. 28.º — Havendo fundadas suspeitas ou indícios de que estão sendo desvirtuadas as finalidades do estabelecimento de hospedagem, passíveis de cassação de Alvará permissivo, a autoridade policial competente instaurará sindicância para apuração da irregularidade.

Art. 29.º — O prazo para elaboração da sindicância será de 20 (vinte) dias e somente poderá ser excedido até um máximo de 10 (dez) dias, quando houver motivo relevante, plenamente justificado.

Art. 30.º — Constatado, por autoridade policial, o desvirtuamento das finalidades estabelecidas nesta Lei, a Delegacia competente procederá a apuração da irregularidade através de sindicância.

Parágrafo único — Será assegurado direito de defesa ao infrator.

Art. 31.º — No curso da sindicância poderá o estabelecimento infrator continuar funcionando, salvo quando:

- I — reincidente, nos casos passíveis de multa;
  - II — a infração se relacionar com a frequência ou hospedagem irregular de menores de 18 anos;
  - III — o estabelecimento estiver envolvido em público e escandaloso atentado à moral, a segurança, à higiene, ordem ou tranquilidade pública.
- Art. 32.º — Cabrá a cassação do Alvará pela autoridade competente:
- I — quando o estabelecimento for utilizado para a prostituição, jogo de azar, abrigo de criminosos ou contraventores ou depósito de coisas destinadas à prática de delitos ou obtidas por meios ilícitos;
  - II — quando, habitualmente, os hóspedes, visitantes, empregados ou frequentes, perturbem o sossego alheio, ponham em risco a vida ou a integridade física de terceiros ou atentem contra a moral ou o decoro;
  - III — quando, habitualmente, procurar ou dificultar a fiscalização policial;
  - IV — se for usado para reunião de natureza subversiva ou como de entidade clandestina;
  - V — quando persistir na recusa do uso de sistema de fichas;
  - VI — quando reiteradamente burlar ou não dar observância as normas legais, nestas compreendidas as Portarias, Decretos, Avisos, Instruções emanadas de autoridade competente;
  - VII — quando deixar de cumprir no prazo marcado, decisão em sindicância de infração, transitada em julgado.

Art. 33.º — A autoridade policial competente encaminhará ao Prefeito Municipal local cópia da sindicância com a respectiva decisão para cassação paralela do Alvará Municipal.

Parágrafo único — Se a cassação da atividade do estabelecimento tiver origem na esfera municipal, a autoridade competente da Prefeitura dará ciência do ato e dos motivos que o determinaram à autoridade policial, para a cassação do registro na Delegacia de Ordem Política e Social.

Art. 34.º — Cópias da decisão cassatória serão remetidas ao órgão policial que inicialmente constatou a irregularidade e à Polícia Sanitária.

Art. 35.º — Da decisão cassatória caberá sempre, recurso se interposto no prazo de 5 (cinco) dias e dirigido ao Diretor da Polícia Civil, que decidirá, fundamentadamente, nos 10 (dez) dias seguintes.

Art. 36.º — A pena de cassação de Alvará será executado logo após o despacho do Diretor da Polícia Civil ou no dia seguinte após fluir o prazo do artigo anterior, procedendo-se ao fechamento do estabelecimento.

Parágrafo único — Do despacho cassatório exarado pelo Diretor da Polícia Civil, caberá recurso ao titular da Secretaria de Segurança Pública, o qual poderá submeter o caso à apreciação do Conselho Superior de Polícia.

Art. 37.º — Independente de outras sanções, inclusive penais, os estabelecimentos de hospedagem ficam sujeitos às seguintes penalidades administrativas:

- I — multa de 1 (um) a 3 (três) salários mínimos maior do Estado.
  - a) — por falta de registro policial na DOPS ou Delegacia local de emprego;
  - b) — por dia de atraso no encaminhamento de ficha de hóspede à repartição policial;
  - c) — pelo não encaminhamento, a entrada de hóspede da ficha respectiva;
  - d) — por ficha de hóspede com dados incompletos ou inexatos, não havendo dolo ou malícia.
- II — multa de 3 (três) a 6 (seis) salários mínimos maior do Estado.
  - a) — por falta do preenchimento da ficha correspondente ou por não registrar a entrada de hóspede;
  - b) — por procurar dificultar a fiscalização policial;
  - c) — por tolerar algazarra ou ruídos de qualquer natureza em hora de repouso noturno;
  - d) — por não exigir do hóspede quando do preenchimento da ficha, a apresentação de documento hábil de identidade;
  - e) — por tratar discriminadamente a hóspedes.
- III — multa de 6 (seis) a 15 (quinze) salários mínimos maior do Estado.
  - a) — por permitir a permanência de hóspedes sem documento hábil de identidade, salvo com autorização da autoridade policial;
  - b) — por tentar impedir, cercar ou burlar a fiscalização policial;
  - c) — por tolerar que hóspede, visitante, empregados perturbem ou molestem terceiros ou atentem contra a moral ou o decoro ou, tendo meios de evitá-lo, deixar que tais fatos ocorram;
- IV — multa de 15 (quinze) a 25 (vinte e cinco) salários mínimos maior do Estado.
  - a) — por guardar ou permitir a guarda de coisa que saiba ou deva presumir se destine à prática de delito ou tenha sido obtida por meios ilícitos;
  - b) — por concordar que alguém se hospede sob falsa identidade;
  - c) — por hospedar pessoa sabidamente procurada pela justiça ou pela polícia, sem comunicar o fato à autoridade;
  - d) — por não ter Alvará de licença ou por não providenciar em tempo a revalidação anual ou por não providenciar na devida época, a transferência de propriedade ou a mudança de nome e de espécie;
  - e) — por não adotar o sistema de ficha de hóspedes;
  - f) — por permitir rasuras em fichas de hóspedes;
  - g) — por desobedecer Decretos, Portarias, Avisos e Instruções formais emanadas de autoridades competente.

Art. 38.º — A autoridade competente, para aplicar as penalidades previstas nesta Lei é o Delegado de Ordem Política e Social, cabendo recurso, no pra-



zo de 10 (dez) dias, para o Diretor da Polícia Civil na hipótese de aplicação de multa.

Parágrafo único — As penas de multa podem ser aplicadas no Interior do Estado, pela autoridade policial da jurisdição, cabendo recursos, com efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, para o Delegado da Ordem Política e Social, a quem, em qualquer prazo, deve ser comunicada, obrigatoriamente, a aplicação de penalidades.

Art. 39 — Após decisão denegatória, em grau recursal, se este for interposto, terá o infrator o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cobrança executiva e de aplicação da alínea VII do artigo 32, para efetuar o recolhimento da multa que lhe foi imposta.

Parágrafo único — As multas cobradas por via Executiva Fiscal ao serão pela Procuradoria Geral da Fazenda.

Art. 40 — O produto das multas estabelecido no artigo 37 será recolhido à Conta "Tesouro Geral do Estado Conta Receita", junto ao Banco do Estado do Paraná e revertido ao FUNRESPOL através de processo regular de pagamento.

Art. 41 — A multa não recolhida nos prazos previstos ficará sujeita à correção trimestral, pelos mesmos índices a que alude o artigo precedente.

Art. 42 — Verificada a infração, passível de aplicação de pena de multa, será lavrado termo que conterá: data e hora da infração; nome e endereço do estabelecimento; natureza da infração; nome e cargo do encarregado da diligência; obrigatoriamente autoridade policial ou agente desta.

Parágrafo único — O termo será assinado pelo encarregado da diligência e pelo proprietário ou responsável pelo estabelecimento ou, quando houver recusa, por duas testemunhas, mencionando-se em observação, tal circunstância.

Art. 43 — O termo de verificação de infração será lavrado em duas vias na Capital e três no Interior; a segunda para ser entregue ao infrator e a terceira para ser encaminhada à Delegacia de Ordem Política e Social da Capital.

Art. 44 — A primeira via do termo de verificação de infração, depois de devidamente autuada, será encaminhada à Delegacia de Ordem Política e Social da Capital, ou Delegacia de Polícia da área de jurisdição que, em despacho de que se dará ciência ao interessado, aplicará se for o caso, a penalidade cabível.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 45 — O estabelecimento de hospedagem deve manter na portaria, a fim de ser exibida quando solicitada, uma tabela de preços de diária em vigor, aprovada pelo órgão competente e nos aposentos deve ser afixado o regulamento interno respectivo, aprovado devidamente pela Delegacia de Polícia competente do Alvará.

Art. 46 — Os proprietários dos estabelecimentos de hospedagem ficam obrigados a apresentar relação nominal de seus empregados à Delegacia de Polícia competente, comunicando, posteriormente todas as alterações que forem procedidas.

Art. 47 — Os proprietários responderão solidariamente com seus prepostos pelas faltas e irregularidades praticadas por estes.

Art. 48 — O estabelecimento de hospedagem deverá manter na fachada, obrigatoriamente, letreiro indicativo de sua espécie.

Parágrafo único — A autoridade policial providenciará a retirada do letreiro se cassado o Alvará permissivo.

Art. 49 — Os estabelecimentos de hospedagens já existentes terão o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação desta lei, para se adaptarem às prescrições administrativas nela contidas.

Art. 50 — Os Alvarás e demais atos previstos nesta lei, estarão sujeitos às taxas de segurança estabelecidas na legislação específica e reverterão para o FUNRESPOL.

Art. 51 — A Secretaria de Segurança Pública estabelecerá normas de fiscalização da execução desta lei.

Art. 52 — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional suplementar de Cr\$ 300.00,00 (trezentos mil cruzeiros), destinados a atender às despesas da presente lei.

§ 1.º — Para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata este artigo, ficam indicadas como recursos as receitas provenientes desta lei.

§ 2.º — A Secretaria da Fazenda processará as liberações financeiras à medida que forem sendo recolhidas as receitas e creditadas em conta do Tesouro do Estado.

Art. 53 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 54 — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-6-73.

(aa) Iris Caldart — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Antônio Lopes Jr. — Relator

#### PROJETO DE LEI N.º 56-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — A letra h, inciso III, do artigo 3.º da Lei n.º 6.316, de 20 de dezembro de 1972, passa a vigorar com a seguinte redação:

"h — uma área de terreno de forma irregular com 1.398,50 m<sup>2</sup>, constituída do lote E, com 37,00 m de frente a rua Engenheiros Rebouças; 30,44 m de frente a rua Francisco Nunes da cidade de Curitiba, conforme transcrição n.º 5133 do Livro 3.º — C, e averbado sob n.º 9.196 do Livro Av. 2 de averbação da 1.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-6-73.

aa) Ivo Caldart — Presidente

Basílio Zanusso e Antônio Lopes Júnior — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 59-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

#### CÓDIGO DE VENCIMENTOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

#### TÍTULO I

#### — Disposições Preliminares —

Art. 1.º — Este Código regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Para os efeitos deste Código adotam-se as seguintes convenções:

- 1) — Comandante Geral — É o título dado ao Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná;
- 2) — Comandante — É o título genérico, dado ao Policial Militar correspondente ao diretor, chefe ou outra denominação que tenha ou venha a ter aquele que, investido de autoridade decorrente de Leis e regulamentos, for responsável pela administração, instrução e disciplina de uma Organização Policial Militar;
- 3) — Missão, Tarefa ou Atividade — É o dever emergente de uma ordem específica de comando, direção ou chefia;
- 4) — Organização Policial Militar — É a denominação genérica dada ao Corpo de Tropa, Repartição, Estabelecimento ou qualquer outra Unidade Administrativa, tática ou operativa da PMEP;
- 5) — Sede — É todo o território de Município, ou dos Municípios vizinhos, quando ligados por frequentes meios de transporte, dentro do qual se localizam as instalações de uma Organização Policial Militar considerada;
- 6) — Serviço Ativo — É a situação do Policial Militar da PM capacitado legalmente para o exercício de cargo, comissão, função ou encargo;
- 7) — Cargo, Função ou Comissão — É o conjunto de atribuições definidas por Lei, regulamento, ato governamental ou do Comandante Geral e cometidas, em caráter permanente ou não, ao Policial Militar;
- 8) — Encargo — É a missão ou atribuição de serviços cometido a um Policial Militar e;
- 9) — Corporação — É a denominação dada neste Código à Polícia Militar do Estado do Paraná.

#### TÍTULO II

#### — Do Policial Militar em Atividade —

#### CAPÍTULO I

#### — DOS VENCIMENTOS —

Art. 3.º — Vencimento é o quantitativo mensal em dinheiro devido ao Policial Militar em serviço ativo compreende o soldo e as gratificações.

#### CAPÍTULO II

#### — Do Soldo —

Art. 4.º — Soldo é a parte básica dos vencimentos inerentes ao posto ou graduação do Policial Militar da ativa.

Parágrafo único — O Soldo do Policial Militar é irredutível, não está sujeito a penhora, sequestro ou arresto, se não nos casos especificamente previsto em lei.

Art. 5.º — O direito do Policial Militar ao soldo tem início em data:

- 1) — do ato de promoção;
- 2) — da posse decorrente do ato de convocação, comissionamento ou nomeação por concurso para Oficial PM;
- 3) — do ato de declaração para Aspirante a Oficial PM;
- 4) — do ato de promoção, classificação ou engajamento, para as demais praças PM;
- 5) — da inclusão na PMEP;
- 6) — do ato de matrícula, para os alunos das escolas de formação de Oficiais e Sargentos e;
- 7) — do ato de reversão.

Parágrafo único — Excetuam-se das condições deste artigo os casos com caráter retroativo, quando o soldo será devido a partir das datas declaradas nos respectivos atos.

Art. 6.º — Suspende-se, temporariamente, o direito do Policial Militar ao soldo, quando:

- 1) — agregado para tratar de interesse particular;
- 2) — em licença para exercer atividades ou função estranha à PMEP, em efetivo exercício de cargo público civil, temporário e não eletivo, ou em autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, respeitado o direito de opção;
- 3) — em licença para o exercício de atividade técnica de sua especialidade em organização civil, e
- 4) — em estado de deserção.

Art. 7.º — O direito ao soldo cessa na data em que o Policial for desligado do serviço ativo da PMEP, por:

- 1) — desconvocação, licenciamento, baixa ou demissão voluntária;
- 2) — exclusão, expulsão ou perda do posto ou graduação;
- 3) — transferência para a reserva ou reforma, e
- 4) — óbito.

Art. 8.º — O Policial Militar, considerado desaparecido ou extraviado em caso de calamidade pública ou no desempenho de qualquer serviço ou manobra, terá o soldo pago aos herdeiros que teriam direito a sua pensão policial militar.

§ 1.º — No caso previsto neste artigo, decorrido 6 (seis) meses far-se-á habilitação dos herdeiros na forma da lei, cessando o pagamento do soldo.

§ 2.º — Verificando-se o reaparecimento do Policial Militar, e apuradas as causas de seu afastamento, caber-lhe-á, se for o caso, o pagamento da diferença entre o soldo, a que fazia jus se tivesse permanecido na ativa, e a pensão recebida pelos herdeiros.

Art. 9.º — O Policial Militar no exercício de cargo, comissão ou função, cujo desempenho seja privativo do posto ou graduação superior ao seu, recebe o soldo daquele posto ou graduação.

§ 1.º — Quando na substituição prevista neste artigo, o cargo, comissão ou função for atribuído de mais de 1 (um) posto ou graduação, ao substituto cabe o soldo correspondente ao menor deles.

§ 2.º — Para os efeitos no disposto neste artigo, prevalecem os postos e graduações, correspondentes aos cargos, comissões ou funções estabelecidas em Lei, regulamento, regimento interno, quadro de organização e distribuição de efetivo ou lotação nesta ordem.

§ 3.º — O disposto neste artigo não se aplica às substituições:

- a) — por motivo de férias, gala, nojo e outras dispensas até 30 (trinta) dias.

Art. 10 — O Policial Militar receberá o soldo do seu posto ou graduação quando exercer cargo, comissão ou função atribuídos, indistintamente, a 2 (dois) ou mais postos ou graduações e possuir qualquer destes.

Art. 11 — O Policial Militar continuará com direito ao soldo do seu posto ou graduação em todos os casos não previstos nos artigos 6.º e 7.º deste Código.



## CAPÍTULO III

## — Das Gratificações —

Art. 12 — Gratificações constituem a parte dos vencimentos atribuída ao Policial Militar, como estímulo por atividades profissionais e condições de desempenho peculiares, bem como, pelo tempo de permanência em serviço.

Art. 13 — O Policial Militar, pelo efetivo exercício de suas funções fará jus às gratificações seguintes:

- 1) — gratificação de tempo de serviço;
- 2) — gratificação de função policial militar;
- 3) — gratificação de localidade especial.

Art. 14 — Suspense-se o pagamento das gratificações, ao Policial Militar:

- 1) — nos casos previstos no artigo 6.º deste Código;
- 2) — no cumprimento de pena igual ou menor de 2 (dois) anos decorrentes de sentença transitada em julgado;
- 3) — em licença por período superior a 6 (seis) meses, para tratamento de saúde de dependente;
- 4) — em licença para aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos ou realizar estudos, por conta própria;
- 5) — que tiver excedido os prazos legais ou regulamentares de afastamento de serviço;
- 6) — afastado das funções por incompatibilidade profissional ou moral, nos termos das Leis e regulamentos militares, e policiais militares;
- 7) — no período de ausência não justificada, e
- 8) — o Policial Militar quando em licença especial perderá a gratificação de item 3 (três) do artigo anterior.

Art. 16 — O direito às gratificações cessa nos casos do artigo 7.º deste Código.

Art. 16 — O Policial Militar, que por sentença passada em julgada, for declarado livre de culpa em crime que lhe tenha sido imputado, terá direito às gratificações que deixou de receber no período em que esteve afastado do serviço.

Parágrafo único — Do indulto, perdão ou livramento condicional não decorre direito do Policial Militar a qualquer remuneração a que tenha direito de fazer jus por força do dispositivo deste Código ou de legislação específica.

Art. 17 — Aplica-se ao Policial Militar desaparecido ou extraviado, quanto às gratificações, o previsto no artigo 8.º e seus parágrafos.

Art. 18 — Para fins de concessão das gratificações, tomar-se-á por base o valor do soldo do posto ou graduação que efetivamente possua o Policial Militar, ressalvado o caso previsto no artigo 9.º, quando será considerado o valor do soldo do posto ou graduação correspondente ao cargo, comissão ou função eventualmente desempenhados.

## SEÇÃO I

## — Das Gratificações de Tempo de Serviço —

Art. 19 — A gratificação de tempo de serviço é devida ao Policial Militar: I — de 5 (cinco) em 5 (cinco) anos de exercício, 5% (cinco por cento), até completar 25% (vinte e cinco por cento);

II — ao completar 30 (trinta) anos de exercício 5% (cinco por cento) por ano excedente, até o máximo de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 1.º — A incorporação dos acréscimos será imediata, inclusive para cálculo dos proventos dos inativos e será computada igualmente sobre as alterações dos vencimentos e proventos.

§ 2.º — O direito à gratificação começa no dia seguinte em que o Policial Militar completar cada quinquênio ou ano excedente aos 30 (trinta), por ato do Comando Geral e reconhecido mediante publicação em boletim do Órgão de Pessoal ou da Organização Policial Militar.

## SEÇÃO II

## — Da Gratificação de Função Policial Militar —

Art. 20 — A gratificação de Função Policial Militar é atribuída ao Policial Militar pelo efetivo desempenho de atividades específicas do Corpo ou Quadro, na forma do estabelecido nesta Seção.

Parágrafo único — A gratificação de que trata este artigo é classificada em 2 (duas) categorias: I e II.

Art. 21 — A gratificação de Função Policial Militar Categoria I — é devida ao Policial Militar pelos cursos realizados com aproveitamento em qualquer posto ou graduação, com os percentuais a seguir fixados:

- 1) — 25% (vinte e cinco por cento) do soldo.
- Curso — Superior de Polícia.
- 2) — 20% (vinte por cento) do soldo.
- Curso — de aperfeiçoamento ou equivalentes.
- 3) — 15% (quinze por cento) do soldo.
- Cursos — de Especialização de Oficiais e Sargentos ou equivalentes.
- 4) — 10% (dez por cento) do soldo.
- Cursos — de Especialização de Praças de Graduação inferior a Terceiro Sargento.
- 5) — 10% (dez por cento) do soldo.
- Cursos — de Formação de Oficiais e Sargentos.

§ 1.º — A equivalência dos cursos referidos neste artigo, será estabelecida pelas normas de equivalência de cursos baixadas às Polícias Militares pelo Estado Maior do Exército, através da Inspeção Geral das Polícias Militares.

§ 2.º — Somente os cursos com duração igual ou superior a 6 (seis) meses realizados no País ou Exterior, são computados para os efeitos deste artigo.

§ 3.º — Ao Policial Militar que possuir mais de 1 (um) curso, somente será atribuída a gratificação de maior valor.

§ 4.º — A gratificação estabelecida neste artigo é devida a partir da data de conclusão do respectivo curso.

Art. 22 — A gratificação de Função Policial Militar Categoria II — é devida ao Policial Militar, no exercício de funções em uma das situações definidas nos artigos 23 e 24 deste Código, com os percentuais a seguir definidos:

§ 1.º — Gratificação tipo I — 20% (vinte por cento) do soldo.

Gratificação tipo II — 15% (quinze por cento) do soldo.

§ 2.º — Ao Policial Militar que se enquadrar simultaneamente em mais de uma das situações referidas nos artigos 23 e 24, somente lhe será atribuído o tipo de gratificação de maior valor percentual.

Art. 23 — A gratificação de Função Policial Militar Categoria II — Tipo I — é devida ao Policial Militar que serve em unidade de tropa da Corporação ou em função de ensino ou instrução em estabelecimento de ensino ou instrução Policial Militar.

Art. 24 — A gratificação de Função Policial Militar Categoria II — Tipo II — é devida ao Policial Militar em efetivo desempenho de funções policiais militares não enquadradas no artigo 23 deste Código.

## SEÇÃO III

## — Da Gratificação de Localidade Especial —

Art. 25 — A Gratificação de Localidade Especial, é devida ao Policial Militar que servir em guarnições ou localidades situadas em regiões inóspitas, seja pelas condições precárias de vida, seja pela salubridade, correspondendo a 10% (dez por cento) do valor do soldo.

§ 1.º — O Poder Executivo, por proposta do Comandante Geral da Polícia Militar, estabelecerá as localidades, que farão jus a gratificação que se refere este artigo.

§ 2.º — O direito à percepção da gratificação de localidade especial começa no dia da chegada do Policial Militar à localidade especial e termina na data de sua partida.

§ 3.º — Mantém-se o direito do Policial Militar à gratificação de Localidade Especial, nos seus afastamentos de sua Organização Policial Militar, por motivos de serviço, férias, nojo, gala, dispensa de serviço, ou quando hospitalizado ou licenciado por motivo de acidente em serviço ou de moléstia adquirida em consequência da inospitalidade da região.

## TÍTULO III

## — Das Indenizações —

Art. 26 — Indenização é o quantitativo em dinheiro, isento de qualquer tributação, devido ao Policial Militar para resarcimento de despesas decorrentes de obrigações impostas para o exercício de cargo, comissão, função, encargo ou missão.

Parágrafo único — As indenizações compreendem:

- a) — diárias;
- b) — ajuda de custo;
- c) — transporte;
- d) — representação;
- e) — moradia, e
- f) — aquisição e conservação de fardamento.

Art. 27 — Para fins de cálculo das indenizações tomar-se-á por base o valor do soldo do posto ou da graduação que o Policial Militar perceber.

## CAPÍTULO I

## — Das Diárias —

Art. 28 — Diárias são indenizações destinadas às despesas extraordinárias de alimentação e de pousada e são devidas ao Policial Militar durante seu afastamento da Organização Policial Militar a que pertence, por motivo de serviço.

§ 1.º — As diárias compreendem a Diária de Alimentação e a Diária de Pousada.

§ 2.º — A Diária de Alimentação é devida inclusive nos dias de partida e de chegada.

Art. 29 — O valor da Diária de Alimentação é igual a um dia de soldo:

- 1) — de Coronel PM, para oficiais superiores;
- 2) — de Capitão PM, para Capitães, oficiais subalternos e Aspirantes a Oficial;

3) — de Subtenente PM, para Subtenente, Sargentos e Alunos da Escola de Formação de Oficiais;

4) — de Cabo PM, para praça de graduação inferior a Terceiro Sargento.

Art. 30 — O valor da diária de pousada é igual ao valor atribuído à diária de alimentação.

Art. 31 — Compete ao Comandante da Organização Policial Militar providenciar o saque e o pagamento das diárias a que fizer jus o Policial Militar e, sempre que for julgado necessário, poderá concedê-las adiantadamente, para ajuste de contas quando o pagamento de vencimentos que se verificar após o regresso à Organização Policial Militar, condicionando-se o adiantamento à existência de meios e à reserva dos recursos orçamentários próprios nos órgãos competentes.

Art. 32 — Não serão atribuídas diárias ao Policial Militar:

- 1) — nos dias de viagem, quando no custo da passagem estiverem compreendidos a alimentação e o alojamento ou o pagamento das despesas correrem por conta do Estado;
- 2) — durante o afastamento da Organização Policial Militar por menos de 8 (oito) horas consecutivas;
- 3) — cumulativamente com a Ajuda de Custo, exceto nos dias de viagem em que a alimentação ou a pousada ou ambas, não estejam compreendidas no custo das passagens; devendo neste caso ser computado somente o prazo estipulado para o meio de transporte efetivamente requisitado;
- 4) — quando as despesas com alimentação e alojamento forem asseguradas pela Organização Policial Militar à que pertence, e
- 5) — quando destacado em caráter permanente.

Art. 33 — Ao Policial Militar em serviço de duração continuada de 24 (vinte e quatro) horas, estende-se a diária prevista no artigo 29 deste Código, desde que sua Organização Policial Militar ou outras nas proximidades do local do serviço não lhe possa fornecer alimentação por conta do Estado.

Parágrafo único — O Policial Militar, nos dias em que permanecer em serviço nas condições deste artigo, por prazo igual ou superior a 8 (oito) horas consecutivas, mas inferior a 24 (vinte e quatro) horas, faz jus a metade da diária de alimentação.

Art. 34 — No caso de falecimento do Policial Militar, seus herdeiros não restituirão as diárias que ele haja recebido adiantadamente, segundo o artigo 31 deste Código.

Art. 35 — O Policial Militar que receber diárias, quando em deslocamento ou em serviço fora da Sede, indenizará a Organização Policial Militar em que se alojar ou se alimentar de acordo com as normas em vigor nessa Organização.



Art. 36 — O Comandante Geral, conforme o caso, baixará instruções regulando o valor e o destino das indenizações referidas no artigo anterior, de acordo com a legislação específica em vigor.

## CAPÍTULO II

### — Da Ajuda de Custo —

Art. 37 — Ajuda de custo é a indenização para custeio de despesas de viagem, mudança e instalação, exceto as de transporte, paga ao Policial Militar, quando por conveniência do serviço, for nomeado, designado, classificado, transferido, matriculado em escola, centro de instrução ou curso, mandados servir ou estagiar em nova comissão e, ainda quando deslocado com a Organização Policial Militar que tenha sido transferido da Sede.

Parágrafo único — A indenização de que trata este artigo, será paga adiantadamente, salvo interesse do Policial Militar em recebê-la no destino.

Art. 38 — O Policial Militar terá direito à Ajuda de Custo:

1) — quando movimentado para cargo ou comissão cujo desempenho importe em mudança de sede concomitantemente com o desligamento da Organização onde exerce suas atividades militares, obedecido o disposto no artigo 39;

2) — quando movimentado para Comissão Superior a 3 (três) meses e inferior a 6 (seis) meses cujo desempenho importe em mudança de sede sem desligamento de sua Organização, obedecendo o disposto no artigo 39, na ida, e na metade dos valores dispostos no mesmo artigo, na volta.

Parágrafo único — Fará jus também à Ajuda de Custo o militar quando deslocado com a Organização Militar que tenha sido transferido de sede, obedecido o disposto no artigo 39.

Art. 39 — A Ajuda de Custo devida ao Policial Militar será igual:

1) — ao valor correspondente ao soldo de posto ou graduação, quando não possuir dependente;

2) — a 2 (duas) vezes o valor do soldo do posto ou graduação, quando possuir dependente expressamente declarado.

§ 1.º. O Policial Militar, quando transferido para uma localidade Especial de acordo com a classificação da mesma, fará jus, como Ajuda de Custo, além daquela a que tem direito nos termos deste artigo, a uma indenização calculada percentualmente com base no respectivo soldo.

§ 2.º. Aplica-se o disposto no parágrafo anterior ao Policial Militar transferido de uma localidade Especial para qualquer outra Organização Militar.

§ 3.º. O Poder Executivo regulará os valores percentuais da indenização prevista nos parágrafos deste artigo.

Art. 40. Não terá direito à Ajuda de Custo o Policial Militar:

1) — movimentado por interesse próprio ou em operações policiais militares, visando a manutenção da ordem pública;

2) — desligado de curso ou escola por falta de aproveitamento ou trancamento voluntário de matrícula, ainda que preencha os requisitos do artigo 37 deste Código.

Art. 41. Restituirá a Ajuda de Custo o Policial Militar que houver recebido nas formas e circunstâncias abaixo:

1) — integralmente e de uma só vez, quando deixar de seguir o destino a seu pedido;

2) — pela metade do valor recebido e de uma só vez, quando até 6 (seis) meses após ter seguido para nova comissão deste, for a pedido, dispensado licenciado ou exonerado.

Parágrafo único. Não se enquadra nas disposições do item 2 deste artigo a licença para tratamento da própria saúde.

Art. 42. Na concessão de Ajuda de Custo, para efeito de cálculo se seu valor, determinação do exercício financeiro, estado civil, tabela em vigor, tomar-se-á como base a data do ajuste de contas.

Parágrafo único. Se o Policial Militar for promovido contando antiguidade de data anterior à do pagamento da Ajuda de Custo, fará jus a diferença entre o valor deste e daquele a que teria direito no posto ou graduação atingido pela promoção.

Art. 43. A Ajuda de Custo não será restituída pelo Policial Militar ou seus herdeiros:

1) — após ter seguido destino, for mandado regressar;

2) — ocorrer o falecimento do Policial Militar, mesmo antes de seguir destino.

## CAPÍTULO III

### — Do Transporte —

Art. 44. O Policial Militar, nas movimentações em objeto de serviço tem direito a transporte, domicílio a domicílio por conta do Estado, nele compreendidas a passagem e a translação da respectiva bagagem.

§ 1.º. Se as movimentações importarem na mudança da Sede do Policial Militar, com dependentes, a estes se estende o mesmo direito deste artigo.

§ 2.º. Quando o transporte não for realizado por responsabilidade do Estado, o Policial Militar será indenizado da quantia correspondente as despesas decorrentes dos direitos a que se refere este artigo e seus parágrafos 1.º e 2.º.

§ 3.º. O Policial Militar da ativa terá direito ainda a transporte por conta do Estado, quando tiver de efetuar deslocamento fora da Sede de sua Organização Policial Militar, nos seguintes casos:

a) — deslocamento no interesse da Justiça ou de Disciplina;

b) — concursos para ingressos em escolas, cursos ou centro de formação, especialização, aperfeiçoamento ou atualização de interesses da Corporação;

c) — outros deslocamentos, em objeto de serviço, decorrentes do desempenho da função Policial Militar;

d) baixa em Organização Hospitalar, ou alta, em virtude de prescrição médica competente, ou ainda realização de inspeção de saúde.

§ 4.º. O disposto neste artigo aplica-se ao Policial Militar da reserva quando convocado para serviço ativo, ou nomeado para exercer função na atividade.

Art. 45. Para efeito de concessão de transporte, considera-se pessoas da família do Policial Militar, os constantes no artigo 110.

§ 1.º. Os dependentes do Policial Militar com direito ao transporte, por conta do Estado, que não puderem acompanhá-lo na mesma viagem, por qualquer motivo, poderão usar do direito de partir de 30 (trinta) dias até 9 (nove) meses após a movimentação do Policial Militar, desde que tenha sido feito por este, sob sua responsabilidade, a necessária declaração à autoridade competente para requisitar o transporte.

§ 2.º. A família do Policial Militar que falecer em serviço ativo terá direito, dentro do prazo de 6 (seis) meses após o óbito, o transporte para a localidade.

§ 3.º. O Policial Militar excluído por incapacidade física, terá o di-

reito ao transporte para a localidade, no território estadual, em que fixar residência.

Art. 45. O Policial Militar da ativa transferido para a reserva remunerada ou reforma terá direito ao transporte, dentro do território estadual, para a localidade onde fixar residência.

## CAPÍTULO IV

### — Da Representação —

Art. 47. A indenização de representação destina-se a atender as despesas extraordinárias, decorrentes de compromissos de ordem social ou profissional, inerentes à apresentação e ao bom desempenho em determinados cargos, comissões, funções ou missões.

Art. 48. Os cargos, comissões, funções, postos ou graduações que darão direito à indenização de representação, bem como os seus valores serão regulados por ato do Poder Executivo, por proposta do Comandante Geral.

Art. 49. O direito à indenização de Representação é devida ao Policial Militar desde o dia em que assume o cargo, comissão ou função e cessa quando ele se afasta, ou não desempenha o cargo, comissão ou função, por mais de 30 (trinta) dias ou em caráter definitivo.

Parágrafo único. A indenização de Representação no caso de afastamento do ocupante de cargo, comissão ou função, por prazo superior a 30 (trinta) dias, será paga a partir desse limite, apenas ao Policial Militar substituto.

Art. 50. Nos casos de Representação Especial, temporária de caráter individual ou coletivo, as despesas correrão por conta de quantitativos postos à disposição pela autoridade competente da Organização Policial Militar designado para a representação pessoal ou para chefiar delegação, grupo ou equipe.

## CAPÍTULO V

### — Da Moradia —

Art. 51. O Policial Militar em atividade faz jus a:

1) — alojamento, em sua Organização Policial Militar, quando aquartelado;

2) — moradia em imóvel sob a responsabilidade da Corporação, de acordo com a disponibilidade existente;

3) — indenização mensal para moradia, quando não se encontrar na situação prevista no item 2.º acima.

Art. 52. O valor da indenização de moradia é de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o soldo para os Policiais Militares que tenham encargos de família e de 8% (oito por cento) para os demais.

§ 1.º. "Encargos de família", para os fins deste artigo, são os dependentes do Policial Militar na forma do disposto no artigo 110 e seu parágrafo.

§ 2.º. Suspende-se temporariamente o direito do Policial Militar a indenização de moradia enquanto se encontrar em uma das situações previstas no artigo 6.º desta Lei.

Art. 53. Quando o Policial Militar, com encargos de família, ocupar imóvel só a responsabilidade da Corporação, o quantitativo correspondente à indenização de moradia será sacado pela Organização Policial Militar competente e recolhido à Polícia Militar para atender à construção e conservação de residência para o pessoal.

Parágrafo único. O Policial Militar, sem encargos de família, que ocupar imóvel sob a responsabilidade da Corporação, não terá direito à indenização de moradia.

Art. 54. Quando o Policial Militar com ou sem encargos de família, ocupar imóvel sob a responsabilidade de outros órgãos oficiais, o quantitativo sacado na forma do artigo anterior terá o seguinte destino:

1) — o correspondente ao aluguel será recolhido ao órgão responsável pelo imóvel;

2) — o saldo, se houver, será empregado na forma estabelecida no artigo anterior.

## CAPÍTULO VI

### — Da Aquisição e Conservação de Fardamento —

Art. 55. O Policial Militar faz jus ao percentual de 15% (quinze por cento) sobre o soldo para aquisição e conservação de fardamento.

Parágrafo único. Deste percentual, 7,5% (sete e meio por cento) será retido e recolhido ao Conselho Econômico e Administrativo da Corporação, que o movimentará para aquisição e fornecimento dos materiais específicos, através de seus órgãos competentes.

## TÍTULO IV

### OUTROS DIREITOS

## CAPÍTULO I

### — Do Salário Família

Art. 56. Salário família é o auxílio em dinheiro pago ao Policial Militar para custear, em parte, a educação e assistência a seus filhos e outros dependentes.

Parágrafo único. O salário família é devido ao Policial Militar no valor e nas condições previstas na legislação específica.

Art. 57. O salário família é isento de tributação e não sofre desconto de qualquer natureza.

## CAPÍTULO II

### — Da Assistência Médico Hospitalar —

## PARTE I

### Da Hospitalização

Art. 58. A Hospitalização consiste no internamento do Policial Militar da ativa, reserva remunerada ou reformado e seus dependentes, em Instituição Hospitalar, para receber assistência médica adequada e cuidados de enfermagem permanentes.

Parágrafo único. A internação do Policial Militar em clínica ou hospital estranhos aos serviços hospitalares da Corporação, será autorizada, nos seguintes casos:

1) — quando não houver Organização Hospitalar Policial Militar no local;

2) — em caso de emergência, quando a Organização Hospitalar Policial Militar não possa atender;

3) — quando a Organização Hospitalar Policial Militar no local não dispuser de clínica especializada necessária.

Art. 59. O Estado custeará, integralmente, o tratamento e toda a medicação ao Policial Militar ferido ou acidentado em objeto de serviço ou instrução.

Parágrafo único. O Policial Militar que contrair doença epidêmica ou en-



dêmica nos locais em que prestar serviços, é considerado, para os efeitos deste artigo, como acidente em serviço, desde que tenha relação de causa e efeito com o serviço.

### PARTI II

#### — Da Assistência Médica e Odontológica —

Art. 60. O Estado proporcionará, aos Policiais Militares da ativa, reserva remunerada ou reformados, bem como aos seus dependentes, assistência médica e odontológica, na forma regulamentar.

Art. 61. Mediante parecer da Junta Médica da Diretoria de Saúde da Corporação, o Estado fornecerá, gratuitamente, ao Policial Militar ferido ou acidentado em serviço ou instrução os medicamentos e aparelhos ortopédicos ou similares, de que vier o mesmo a necessitar.

Art. 62. Recursos para a assistência médico hospitalar provirão de verbas consignadas no Orçamento do Estado e de contribuições estabelecidas de conformidade com o artigo 63.

Art. 63. Fica instituído o desconto mensal obrigatório de 2% (dois por cento) do soldo dos Policiais Militares da ativa, reserva remunerada e reformados da Corporação, com a finalidade de assegurar gratuitamente aos contribuintes e aos seus dependentes a Assistência Médico Hospitalar que não for de responsabilidade do Estado.

§ 1.º. Para efeito de aplicação deste artigo são considerados dependentes os definidos no artigo 110 deste Código.

§ 2.º. Estão compreendidos nas disposições a viúva do Policial Militar, enquanto permanecer nesse estado, e aos demais dependentes mencionados no parágrafo anterior, desde que vivam sob a responsabilidade legal da viúva.

### CAPÍTULO III

#### — Do Funeral —

Art. 64. O Estado, assegurará sepultamento condigno ao Policial Militar.

Art. 65. Auxílio funeral é o quantitativo concedido para custear as despesas com o sepultamento do Policial Militar.

Art. 66. O auxílio funeral equivale a duas vezes o valor do soldo do posto ou graduação do Policial Militar falecido, não podendo ser inferior a duas vezes o valor do soldo de Cabo PM.

Art. 67. Ocorrendo o falecimento do Policial Militar, as seguintes providências devem ser observadas para a concessão ao auxílio funeral:

1) — antes de realizado o enterro, o pagamento do auxílio funeral, será feito a quem de direito, pela Organização Policial Militar a que pertença, independentemente de qualquer formalidade, exceto a de apresentação do atestado de óbito;

2) — após o sepultamento do Policial Militar, não se tendo verificado o caso do item anterior deste artigo, deverá a pessoa que custeou, mediante apresentação do atestado de óbito, solicitar o reembolso da despesa, comprovando-a com os recibos em seu nome, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, sendo-lhe em seguida reconhecido o crédito e paga a importância correspondente ao recibo, até o valor limite estabelecido no artigo 66 deste Código;

3) — caso as despesas com o sepultamento, paga de conformidade com o item anterior, seja inferior ao valor auxílio funeral estabelecido, a diferença será paga aos herdeiros habilitados à pensão policial militar mediante petição à autoridade competente;

4) — Decorrido o prazo do item 2, sem reclamação do auxílio funeral por quem haja custeado o sepultamento do Policial Militar, será o mesmo pago aos herdeiros habilitados à pensão policial militar, mediante petição à autoridade competente.

Art. 68. Em caso especial, e a critério da autoridade competente, poderá o Estado custear diretamente o sepultamento do Policial Militar.

Parágrafo único. Verificando-se a hipótese de que trata este artigo não será pago aos herdeiros o auxílio funeral.

Art. 69. Cabe ao Estado a translação do corpo do militar da ativa falecido em campanha, na manutenção da ordem pública ou em acidente em serviço, para a localidade de origem quando por motivos justificados for solicitado pela família.

### CAPÍTULO IV

#### — Da Alimentação —

Art. 70. Tem direito à alimentação por conta do Estado:

1) — O Policial Militar quando a serviço em sua Organização Policial Militar, ou ainda em campanha, manobra ou exercício;

2) — O Policial Militar quando em prontidão na sua Organização Policial Militar;

3) — o aluno dos cursos em funcionamento na Academia da Polícia Militar do Estado do Paraná;

4) — o Policial Militar quando baixado ao hospital policial militar;

5) — o preso civil quando recolhido à Organização Policial Militar;

6) — O Policial Militar recolhido à Organização Policial Militar, em virtude de sentença condenatória, preventivamente, em flagrante, para averiguações ou em decorrência de prisão disciplinar.

Parágrafo único. Poderá o Estado estender o direito de que trata o artigo precedente, observadas as prescrições do Poder Executivo, aos civis que prestam serviços nas Organizações Policiais Militares.

Art. 71. Em princípio toda a Organização Policial Militar deverá ter Rancho próprio organizado, em condições de proporcionar rações preparadas, aos seus integrantes.

Parágrafo único. Se a Organização Policial Militar não possuir Rancho, o Policial Militar quando em serviço de duração continuada de 24 (vinte e quatro) horas, fará jus a diária de alimentação prevista no artigo 29 deste Código, desde que outra Organização Policial Militar nas proximidades do local de serviço não possa fornecer alimentação por conta do Estado.

Art. 72. A etapa é a importância em dinheiro correspondente ao custeio da ração da região ou localidade considerada e fixada semestralmente.

Art. 73. Os generos de subsistência serão fornecidos em espécie à Organização Policial Militar pelos Estabelecimentos ou Organizações de subsistência se houver, ou pelo órgão competente do Estado.

Art. 74. A Corporação assegurará serviços reembolsáveis para atendimento das necessidades em generos de alimentação, vestuários, utensílios, serviços de lavanderia, confecções e outros que se relacionem com as necessidades domésticas do Policial Militar quando for julgado de conveniência para seus integrantes.

### TÍTULO V

#### — Do Policial Militar em Campanha —

Art. 74. Ao Policial Militar em campanha, aplicam-se no que couber as disposições dos artigos 1.º a 24 deste Código, observadas as disposições deste Título.

Art. 76. O Policial Militar será considerado em campanha, quando a Or-

ganização Policial Militar ou fração dela a qual pertença, estiver empenhada em um teatro de operações, nos termos da Constituição da República e da legislação federal específica.

Art. 77. O Policial Militar enquadrado no artigo anterior fará jus as mesmas vantagens de que trata o Código de Vencimentos dos Militares das Forças Armadas em seu Título específico. (Decreto-Lei n.º 728, de 04 de agosto de 1969).

### TÍTULO VI

#### DO POLICIAL MILITAR NA INATIVIDADE

### CAPÍTULO I

#### — Da Remuneração —

Art. 78. O Policial Militar na inatividade remunerada, satisfeitas as condições estabelecidas neste título, faz jus:

- 1) — aos proventos;
- 2) — ao auxílio invalidez;
- 3) — ao adicional de inatividade.

Parágrafo único. São extensivos ao Policial Militar na inatividade remunerada no que lhe for aplicável, os direitos constantes dos artigos 56 e 74 deste Código.

### CAPÍTULO II

#### — Dos Proventos —

Art. 79. Proventos são o quantitativo em dinheiro que o Policial Militar percebe na inatividade, quer na reserva remunerada quer na situação de reforma, constituídos pelas seguintes parcelas:

- 1) — soldo ou cotas de soldo;
- 2) — gratificações e indenizações incorporáveis.

Art. 80. Os proventos são revistos sempre que por motivos de alteração do Poder Aquisitivo da moeda são modificados os vencimentos do Policial Militar em serviço ativo.

Parágrafo único. O reajuste será nas mesmas proporções do concedido ao Policial Militar em serviço ativo.

### SEÇÃO I

#### — Do Direito à Percepção —

Art. 81. Os proventos são devidos ao Policial Militar na inatividade remunerada, quando deixar efetivamente o exercício do serviço ativo em virtude de:

- 1) — transferência para a reserva remunerada;
- 2) — reforma;
- 3) — dispensa de cargo, comissão ou função, para que tenha sido convocação ou designado quando já se encontrava na reserva remunerada.

Parágrafo único. O Policial Militar de que trata este artigo continuará a perceber os vencimentos, até a publicação de seu desligamento em Boletim Interno de sua Organização Policial Militar, o que não poderá exceder de 45 (quarenta e cinco) dias à data da publicação oficial do respectivo ato de transferência para a reserva remunerada, reforma ou dispensa.

Art. 82. Suspende-se temporariamente o direito do Policial Militar à percepção dos proventos na data de sua apresentação à Organização Policial Militar competente, quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo como convocado ou for designado para desempenho de cargo, comissão ou função na Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 83. Cessa o direito à percepção dos proventos na data:

- 1) — do óbito; \*
- 2) — da sentença passada em julgado, para oficiais, por crime que o prive do posto e patente; e para praças, por crime que implique na exclusão ou expulsão da Polícia Militar.

### SEÇÃO II

#### — Do Soldo e das Cotas do Soldo da PMEP —

Art. 84. O soldo constitui a parcela básica dos proventos a que faz jus o Policial Militar na inatividade sendo o seu valor igual ao estabelecido para o soldo do Policial Militar da ativa no mesmo posto ou graduação.

Parágrafo único. Para efeito de cálculos, o soldo divider-se-á em cotas de soldo, correspondente cada uma a um trigésimo do seu valor.

Art. 85. Por ocasião de sua passagem para a inatividade, o Policial Militar tem direito a tantas cotas de soldo quantos forem os anos de serviço, computáveis para a inatividade até o máximo de 30 (trinta) anos.

Parágrafo único. Para efeito de contagem destas cotas à fração do tempo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, será considerado como um ano.

Art. 86. — O Oficial que contar com mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço, quando transferido para a inatividade terá o cálculo de seus proventos referidos ao soldo do posto imediatamente superior, de acordo com os artigos 84 e 89 deste Título, se em seu Quadro ou Corpo existir em tempo de paz, posto superior ao seu.

Parágrafo único. — O Oficial PM nas condições deste artigo, se ocupante do último posto da hierarquia Policial Militar de seu Quadro ou Corpo da ativa, em tempo de paz, terá o cálculo dos proventos referidos ao soldo do seu próprio posto aumentado de 20% (vinte por cento).

Art. 87. — O Subtenente PM quando transferido para a reserva, terá o cálculo de seus proventos referidos ao soldo de Segundo Tenente PM, desde que conte com mais de 30 (trinta) anos de efetivo serviço.

Art. 88. — As demais praças que contem mais de 30 (trinta) anos de efetivo serviço, ao serem transferidos para a reserva terão o cálculo de seus proventos referidos ao soldo da graduação imediatamente superior à que possuíam no serviço ativo.

### SEÇÃO III

#### — Das Gratificações e Indenizações Incorporáveis —

Art. 89. — São consideradas gratificações e indenizações incorporáveis:

- 1) — gratificação de tempo de serviço;
- 2) — gratificação de função Policial Militar Categoria I.

Parágrafo único. — A "base de cálculo" para pagamento das gratificações previstas neste artigo, dos auxílios e de outros direitos do Policial Militar na inatividade remunerada será o valor do soldo ou das cotas do soldo.

### SEÇÃO IV

#### — Dos Incapacitados —

Art. 90. — O Policial Militar incapacitado terá seus proventos referidos ao soldo integral do posto ou da graduação em que foi reformado na for-



ma da legislação em vigor e as gratificações e indenizações incorporáveis a que fizer jus quando reformado pelos seguintes motivos.

1) — ferimentos recebidos em campanha ou na manutenção da ordem pública ou por enfermidade contraída nessas condições ou que nelas tenham sua causa eficiente;

2) — acidente em serviço;

3) — doença adquirida em tempo de paz, tendo relação de causa e efeito, em serviço;

4) — por doença, moléstia ou enfermidade, embora sem relação de causa e efeito com o serviço, desde que torne o Policial Militar total ou permanentemente inválido para qualquer trabalho.

Parágrafo único — Não se aplicam as disposições do presente artigo ao Policial Militar que, já na situação de inatividade, adquira uma das doenças referidas no item 4, a não ser que fique comprovada, por junta médica policial militar, relação de causa e efeito entre a moléstia e o exercício de suas funções, enquanto esteve no serviço ativo.

Art. 91 — O Policial Militar, reformado por incapacidade decorrente de acidente ou enfermidade sem relação de causa e efeito com o serviço, ressaldados os casos do item 4 do artigo anterior, perceberá os proventos nos limites impostos pelo tempo de serviço computável para a inatividade, observadas as condições estabelecidas nos artigos 85 e 89, deste Código.

Parágrafo único — O Policial Militar de que trata este artigo não pode receber, como proventos, quantia inferior ao soldo do posto ou da graduação da ativa, atingido na inatividade para fins de remuneração.

### CAPÍTULO III

#### — Do auxílio Invalidez —

Art. 92 — O Policial Militar em atividade, inclusive o de que trata o artigo 94 deste Código, julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes do artigo 90, ao passar para a inatividade terá o direito a um auxílio invalidez no valor de 20% (vinte por cento) da "base de cálculo" de que trata o artigo 89, desde que seja considerado total e permanentemente inválido para qualquer trabalho e sem possibilidade de prover os meios de subsistência.

§ 1.º — Faz jus ao mesmo benefício o Policial Militar que:

1) — necessitar de hospitalização permanente;

2) — necessitar de assistência e de cuidados permanentes de enfermagem.

§ 2.º — Para a continuidade do direito ao recebimento do auxílio invalidez o Policial Militar ficará sujeito a apresentar, anualmente, declaração de que não exerce nenhuma atividade remunerada, pública ou privada e, a critério da administração, a submeter-se periodicamente a inspeção de saúde, de controle. No caso de Oficiais PM mentalmente enfermo ou de praças PM, aquela declaração deverá ser firmada por 2 (dois) oficiais da ativa da Polícia Militar do Estado do Paraná.

§ 3.º — O auxílio invalidez será suspenso automaticamente pela autoridade competente se for verificado que o Policial Militar, nas condições deste artigo, exerça ou tenha exercido após o recebimento do auxílio, qualquer atividade remunerada, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, bem como se for julgado apto em inspeção de saúde a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4.º — O auxílio invalidez não poderá ser inferior ao valor correspondente ao percentual do soldo da graduação de Cabo PM.

### CAPÍTULO IV

#### — Do Adicional da Inatividade

Art. 93 — O adicional de que trata o item 3 (três) do artigo 78 é calculado mensalmente sobre o respectivo provento e em função do tempo de serviço efetivamente prestado a Corporação, nas seguintes condições:

1) — de 15% (quinze por cento), quando o tempo de serviço computado for de 35 (trinta e cinco) anos;

2) — de 10 (dez por cento) quando o tempo de serviço computado for igual ou superior a 30 (trinta) anos.

### CAPÍTULO V

#### — Das Situações Especiais —

Art. 94 — O Policial Militar da reserva que, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo como convocado ou for designado para desempenho de cargo, comissão ou função de Polícia Militar, perceberá os vencimentos de seu posto ou graduação a contar da data da apresentação à Organização Policial Militar competente, perdendo a partir dessa data, o direito dos proventos.

Art. 95 — Não estão compreendidos nas disposições do artigo 85, os Policiais Militares amparados por legislação especial que lhes assegure, por ocasião de passagem para a inatividade, soldo, gratificação ou vencimentos integrais do posto ou graduação a que eles fazem jus, efetivamente na inatividade.

### TÍTULO VII

#### — Dos Descontos em Folhas de Pagamento

### CAPÍTULO I

#### — Dos Descontos —

Art. 96 — Desconto em folha é o abatimento que, na forma deste Título, pode o Policial Militar sofrer em uma fração de vencimentos ou proventos para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposições de Leis ou regulamentos.

Art. 97 — Para os efeitos de descontos em folha de pagamento de Policial Militar são consideradas as seguintes importâncias mensais, denominadas "base para desconto":

1) — soldo do posto ou da graduação efetivo acrescido das gratificações de tempo de serviço e de função Policial Militar Categorias I e II para o Policial Militar da ativa;

2) — os proventos, para o Policial Militar da reserva remunerada ou reformado.

Art. 98 — Os descontos em folhas são classificados em:

1) — contribuição para:

a) — pensão Policial Militar;

b) — Fazenda Nacional ou Estadual quando fixado em Lei.

2) — indenizações para:

a) — Fazenda Nacional ou Estadual, decorrente de dívida;

b) — o pagamento de próprio Nacional ou Estadual.

3) — consignações para:

a) — pagamento por transações comerciais feitas através dos reembolsáveis policiais militares conforme os regulamentos da PM;

b) — pagamento de mensalidade social, a favor das entidades consideráveis consignatárias, na forma a ser estabelecida no artigo 106;

c) — cumprimento de sentença judicial para manutenção da família;

d) — os serviços de assistência social da PM;

e) — pagamento de indenizações previstas nos artigos 53 e 54;

f) — pagamento de aluguel de casa para residência do consignante;

g) — outros fins de interesse da PM por ato do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 99 — Os descontos em folha descritos no artigo anterior são ainda:

1) — Obrigatório:

os constantes dos itens 1 e 2, letra C e E do item 3 do artigo precedente.

2) — Autorizados:

os demais descontos mencionados no item 3 do artigo anterior.

Parágrafo único — O Comandante Geral da Polícia Militar regulamentará os descontos previstos no item 3 deste artigo.

### CAPÍTULO II

#### — Dos Consignantes

Art. 100 — Podem ser consignantes todos os Policiais Militares ativos e inativos remunerados.

### CAPÍTULO III

#### — Dos Limites —

Art. 101 — A importância em folha, a que se refere o Capítulo I deste Título são estabelecidos os seguintes limites, relativos à "bases para descontos" definidos no artigo 97:

1) — quando determinados por Lei ou regulamento, quantias estipuladas nesses atos

70% (setenta por cento) para os descontos previstos nas letras "c" e "e" do item 3 do artigo 98;

2) — até 30% (trinta por cento) para os demais, não enquadrados nos itens anteriores.

Art. 102 — Em nenhuma hipótese o consignante poderá receber em folha de pagamento a quantia líquida inferior a 30% (trinta por cento) das bases estabelecidas no artigo 97, mesmo nos casos de suspensão de pagamento das gratificações.

Art. 103 — Os descontos obrigatórios tem prioridade sobre os autorizados. § 1.º — A importância devida à Fazenda Nacional ou Estadual ou a pensão judicial, supervenientes à averbação já existente será obrigatoriamente descontada dentro dos limites estabelecidos nos artigos 101 e 102.

§ 2.º — Nas reduções dos descontos autorizados que se fizerem necessários para garantias a dedução integral dos descontos referidos neste artigo, será assegurados aos consignatários os juros de mora, as taxas legais vigentes, decorrentes da dilatação dos prazos estipulados nos respectivos contratos.

§ 3.º — Verificada a hipótese do parágrafo anterior, só será permitido novo desconto autorizado quando este estiver dentro dos limites fixados neste Capítulo.

Art. 104 — Desconto originado de crime previsto no Código Penal Militar não impede que, por decisão judicial, a autoridade competente prece-da às buscas, apreensões legais, confisco de bens e sequestro, no sentido de abreviar o prazo de indenizações à Fazenda Nacional ou Estadual.

Art. 105 — A dívida para com a Fazenda Estadual, no caso do Policial Militar que é desincorporado, será obrigatoriamente cobrada de preferência por meios amigáveis, e na impossibilidade desses, pelo recurso referente ao processo de cobrança fiscal à dívida ativa do Estado.

### CAPÍTULO IV

#### — Dos Consignatários —

Art. 106 — O Poder Executivo mediante proposta do Comandante Geral, especificará as entidades que devam ser consideradas consignatárias para efeito deste Código.

### TÍTULO VIII

#### Disposições Diversas

### CAPÍTULO I

#### — Disposições Gerais —

Art. 107 — O valor do soldo será fixado, para cada posto ou graduação com base no soldo do posto de Coronel da Polícia Militar, observados os índices estabelecidos em tabela de escalonamento vertical.

§ 1.º — A tabela do soldo, resultante da aplicação do escalonamento vertical, deverá ser constituída por valores arredondados de múltiplos de 30 (trinta).

§ 2.º — O valor do soldo básico não poderá nunca ser superior ao soldo de Coronel do Exército Brasileiro.

Art. 108 — Qualquer que seja o mês considerado, o cálculo parcelado de vencimentos e indenizações terá o divisor igual a 30 (trinta).

Parágrafo único — O salário família é sempre pago integralmente.

Art. 109 — O Policial Militar transferido percebe adiantadamente, se for o caso, pela Organização Policial Militar de origem, os vencimentos, indenizações e salário família correspondentes ao mês da data do ajuste de contas.

§ 1.º — Após o ajuste de contas nenhum pagamento será feito ao Policial Militar pela Organização Policial Militar de origem, salvo quando o em-barque for afastado por ordem superior, caso em que voltará a situação anterior ao ajuste de contas, para efeito de pagamento.

§ 2.º — Na Organização Policial Militar de destino será realizado o acerto das diferenças acaso verificadas no pagamento realizado na Organização Policial Militar de origem.

Art. 110 — São considerados dependentes do Policial Militar, para efeitos deste Código, desde que vivam a sua expensa, sob o mesmo teto e quando expressamente declarados na Organização Policial Militar competente:

1) — esposa;

2) — filha e enteada solteira;

3) — filha e enteada viúva, desquitada ou separada, desde que não recebam remuneração;

4) — filho e enteado menor de 18 anos de idade, desde que não recebam remuneração;



5) — mães e sogras viúvas, solteiras, separadas ou desquitadas, desde que não recebam remuneração;

6) — pessoa que, mediante comprovação na forma da Lei, viva sob a exclusiva dependência econômica do Policial Militar.

Parágrafo único — Continuarão compreendidos nas disposições deste artigo, a viúva do Policial Militar, enquanto permanecer neste estado, e os demais dependentes mencionados neste artigo, desde que vivam sob a responsabilidade da viúva.

Art. 111 — Os vencimentos ou proventos devidos ao Policial Militar falecido serão calculados até o dia do óbito inclusive, e pago àqueles constantes da declaração de herdeiros habilitados.

Art. 112 — São extensivos ao Policial Militar na inatividade remunerada no que for aplicável os direitos constantes dos artigos 64 a 69 e 74 desta Lei.

## CAPÍTULO II

### — Disposições Transitórias —

Art. 113 — O valor do soldo do posto de Coronel da Polícia Militar será fixado em dispositivo de Lei específica, a vigorar a partir da data da vigência da próxima Lei de reajustamento geral do Funcionalismo Estadual.

Art. 114 — Os Policiais Militares que estiverem em gozo de gratificações não previstas nesta Lei, deverão optar entre a situação definida nesta Lei e a anterior; os que não o fizerem dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da vigência desta Lei, terão sua remuneração regulada pelos dispositivos da presente Lei.

Art. 115 — Os atuais alunos da Escola de Formação de Oficiais que, em razão da vigência desta Lei, passaram a fazer jus a vencimentos totais inferiores aos que vinham recebendo, terão direito ao complemento da diferença encontrada.

§ 1.º — O complemento de que trata este artigo decrescerá progressivamente, até sua completa extinção, em razão dos futuros reajustamentos de soldo, promoção ou nas novas condições alcançadas.

§ 2.º — Estas disposições se aplicam aos Soldados de 2.ª Classe (Recrutados) que estiverem nessa situação na data da vigência desta Lei.

Art. 116 — O Governo do Estado do Paraná, por proposta do Comando Geral, baixará as normas de equivalência de cursos previstos no artigo 21 deste Código, que vigorarão até serem regulados pelo Estado Maior do Exército Nacional, através da Inspeção Geral das Polícias Militares.

Art. 117 — Aplicam-se as disposições do presente Código aos Policiais Militares que se encontram na inatividade remunerada.

## TÍTULO IX

### Da Tabela de Escalonamento Vertical

Art. 118 — A tabela de escalonamento vertical, a que alude o artigo 107, é a seguinte:

I — Oficiais Superiores:	
a) — Coronel PM .....	índice 100
b) — Tenente-Coronel PM .....	índice 89
c) — Major P M .....	índice 78
II — Oficiais Intermediários:	
Capitão PM .....	índice 68
III — Oficiais Subalternos:	
a) — Primeiro-Tenente PM .....	índice 58
b) — Segundo-Tenente PM .....	índice 51
IV — Praças Especiais:	
a) — Aspirante a Oficial PM .....	índice 45
b) — Alunos do 3.º ano da Esc. de Form. de Oficiais .....	índice 15
c) — Aluno do 2.º ano da Esc. de Form. de Oficiais .....	índice 14
d) — Aluno do 1.º ano da Esc. de Form. de Oficiais .....	índice 13
V — Praças:	
a) — Subtenente PM .....	índice 37
b) — Primeiro-Sargento PM .....	índice 33
c) — Segundo-Sargento PM .....	índice 31
d) — Terceiro-Sargento PM .....	índice 29
e) — Cabo PM .....	índice 23
f) — Soldado PM 1.ª Classe .....	índice 21
g) — Soldado PM 2.ª Classe .....	índice 17

Art. 119 — Ficam revogados os dispositivos referentes a remuneração. constantes da Lei n.º 1943, de 23 de junho de 1954, bem como a Lei n.º 5.475, de 17 de janeiro de 1967, a Lei n.º 5.611, de 9 de agosto de 1967, a Lei n.º 5.917, de 1.º de dezembro de 1969 e demais disposições em contrário.

Artigo 120 — Esta Lei entrará em vigor a partir da data da vigência da próxima Lei de reajustamento geral do Funcionalismo Estadual.

Sala das Comissões, em 12.6.73

(aa) Iris Caldart — Presidente  
Basílio Zanusso — Relator  
A. Lopes Jr.

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 12-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 2 de março de 1972, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e a Companhia de Urbanização de Curitiba — URBS, com a finalidade de traçar normas de implantação de um sistema de segurança conjugado civil-militar na área e dependências da Estação Rodoviária de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.6.73

(aa) Iris Caldart — Presidente  
Basílio Zanusso — Relator  
A. Lopes Jr.

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 26-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado os termos do Convênio celebrado em 26 de outubro de 1972, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública, objetivando a fabricação de Produtos Farmacêuticos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.6.73

(aa) Iris Caldart — Presidente  
Basílio Zanusso — Relator  
A. Lopes Jr.

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 27-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica ratificado os termos do Convênio celebrado em 26 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos, Órgão da Presidência da República, objetivando incrementar a assistência farmacêutica gratuita em 137 Municípios do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.6.73

(aa) Iris Caldart — Presidente  
Basílio Zanusso — Relator  
A. Lopes Jr.

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 36-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo do Acordo n.º 02-73, celebrado em 12 de março de 1973, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — objetivando a realização do 1.º Curso Nacional sobre conservação de Solos, organizado pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento Integrado de Águas e Terras — CIDIAT.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.6.73

(aa) Iris Caldart — Presidente  
Basílio Zanusso — Relator  
A. Lopes Jr.